



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura

Mestrado Integrado em Arquitetura

A Jornada do Turismo Rural

Intervenção na Cidade da Guarda

Dissertação/Projeto

Conducente à obtenção do grau de Mestre em Arquitetura

Cristiane Morgado Coutinho

Orientador: Prof. Doutor José Neves Dias

Covilhã, 22 de Outubro de 2012





Dedicatória

Dedico esta dissertação aos meus pais, irmã e avôs e a todos os que sempre me apoiaram e acreditaram em mim.





Agradecimentos

Começo por agradecer ao meu orientador, Professor Doutor José Neves Dias, pela sua disponibilidade que sempre demonstrou, pelo incentivo, pela sabedoria e pela confiança. Alargando este reconhecimento, aos demais docentes que ao longo de todo o curso compartilharam a sua sabedoria.

“Aos meus professores, pelas lições de saber, pela orientação constante, pela dedicação e renúncias pessoais, por repartirem suas experiências de vida e auxiliarem a trilhar este caminho, manifesto o meu reconhecimento e estima.”

A Câmara Municipal da Guarda, que sempre prestaram auxílio necessário quando solicitei esclarecimentos.

Ao colega, André Gottshalck e sua família, pela simpatia e disponibilidade que tiveram em facultar o terreno em questão, para realização deste projeto de arquitetura.

Aos meus pais, pelo apoio e compreensão neste percurso dirijo estas palavras:

*“ De vocês recebi o dom mais precioso do universo: a vida.
Abriram as portas do meu futuro, iluminando o meu caminho
com a luz mais brilhante que puderam encontrar: o estudo.
Não foram apenas pais, mas amigos e companheiros, mesmo nas horas em que
meus ideais pareciam distantes e inatingíveis e o estudo um fardo pesado demais.
Procuro entre as palavras, aquela que gostaria que seus corações
ouvissem do meu, e encontro um simples e sincero: Obrigada.”*

À minha irmã, por estar sempre presente em todos momentos da minha vida, nascemos irmãs, cultivamos uma amizade e a vida oferece-nos a possibilidade de dividir, de crescer e de aprender a cada dia como ser melhor.

Aos meus avós, agradeço por acreditarem em mim, são pessoas especiais que existem na minha vida e enchem meu espaço com alegrias e grandes atitudes.

A toda família e amigos, por permanecerem inapagáveis e com um sorriso dedicado ao longo desta caminhada.





A Jornada do Turismo Rural

Intervenção na Cidade da Guarda

Resumo

Atualmente, a importância do turismo, tanto a nível nacional como mundial, é incontestável. O gradual desenvolvimento desta seção é um forte impulsionador do departamento económico e, também, do desenvolvimento regional e local. Contudo, o turismo acarreta efeitos colaterais, assim como a dualidade dos seus efeitos têm conduzido a uma perceção sobre a necessidade de reduzir os resultados negativos e amplificar os resultados positivos, de forma a criar e garantir um turismo sustentável.

O turismo no espaço rural em Portugal é procurado por sectores da classe média ou alta que se deslocam para o campo a fim de quebrar a rotina do quotidiano e de obter uma experiência vitalizadora. O campo é para estes cidadãos uma espécie de paraíso na terra, que incorpora muitas virtudes que se acreditam inexistentes nos meios urbanos, como o sossego, a essência da Natureza, a tradição e a veracidade.

Procurando cativar clientes para espaços rurais, situados em zonas interiores de Portugal, é assim desenvolvido um projeto arquitetónico para o turismo rural, na aldeia de Galegos, no concelho da Guarda, atribuindo-lhe funções ligadas a um conjunto diversificado de serviços de alojamento e equipamentos para turistas, assunto desta dissertação.

Palavras - Chaves: Desenvolvimento Regional e Local; Turismo Sustentável; Turismo no Espaço Rural; Natureza; Turismo Rural.



The Journey of Rural Tourism

Intervention in the City Guard

Abstract

Currently, the importance of tourism, both nationally and globally, is indisputable. The gradual development of this sector is a strong driver of economic development and also the regional and local development. However, tourism causes side effects as well as the duality of their effects have led to a perception of the need to reduce and amplify the negative and positive results, so as to create and guarantee sustainable tourism.

The rural tourism in Portugal is wanted by sectors of middle or upper class who move to the countryside in order to break the routine of everyday life and get a vitalizing experience. The field for these citizens is a kind of heaven on earth, which incorporates many virtues that are believed nonexistent in urban areas, as the quiet, the essence of nature, tradition and truth.

Looking to captivate customers to rural areas, located in inland areas of Portugal, is so developed an architectural project for rural tourism in the Galician village in the district of Guarda, attributing functions linked to a diverse range of accommodation services and equipment for tourists, the subject of this dissertation.

Keywords: Regional and Local Development, Sustainable Tourism, Rural Space Tourism, Nature, Rural Tourism.



Índice

Capítulo I - Introdução	1
1.1 - Relevância Temática	1
1.2 - Objetivos	2
1.3 - Metodologia	3
1.4 - Estrutura da Dissertação	3
Capítulo II - Enquadramento Teórico	5
2.1 - O Processo Turístico	5
2.1.1 - Abordagem ao Conceito de Turismo	5
2.1.2 - Visitantes: Turistas vs Excursionistas	7
2.1.3 - Classificação, Categorias e Tipos de Turismo	8
2.1.4 - Relação Entre o Turismo e o Meio Ambiente - Vantagens e Desvantagens	11
2.1.5 - Turismo Urbano vs Turismo em Espaço Rural.....	11
2.2 - O Turismo em Espaço Rural	14
2.2.1 - Contexto do Turismo em Espaço Rural	14
2.2.1.1 - O Surgimento e Desenvolvimento do TER em Portugal	15
2.2.2 - Turismo em Espaço Rural - A sua Caracterização	17
2.2.3 - Os Objetivos e as Funções do Turismo em Espaço Rural	17
2.2.4 - Turismo em Espaço Rural: Os Seus Lapsos e As Suas Estratégias.....	19
2.2.5 - A Diversificação da Oferta e da Procura Turística	21
2.2.5.1 - Oferta Turística.....	21
2.2.5.2 - A Oferta do TER.....	23
2.2.5.3 - Procura Turística	24
2.2.5.4 - A Procura TER.....	24
2.2.6 - Os Custos e Os Benefícios	25
2.2.6.1 - Os Custos.....	25
2.2.6.2 - Os Benefícios	27
2.2.7 - As Modalidades do Turismo em Espaço Rural	28
Capítulo III - Turismo Rural Sustentável	30
3.1 - Definição de Desenvolvimento Sustentável	30
3.2 - Definição de Turismo Sustentável.....	30
3.2.1 - O Turismo Sustentável em Comparação com o Turismo não Sustentável	32
3.2.2 - Os Princípios de um Turismo Rural Sustentável	33



Capítulo IV - Projeto de Arquitetura Destinado ao Turismo Rural na Cidade da Guarda ...	36
4.1 - Enquadramento Histórico e Apreciação da Beira Alta	36
4.1.1 - Breve História	36
4.1.2 - A Caraterização	36
4.1.3 - Aspetos Relevantes a Serem Fomentados na Beira Alta	37
4.1.3.1 - Ambiente e Património	38
4.1.3.2 - Privilégios para o Desenvolvimento do Turismo	38
4.2 - Análise da Zona de Intervenção	39
4.2.1 - Evolução do Edificado	39
4.2.2 - Tipologia da Arquitetura Típica da Região	40
4.2.3 - Descrição dos Materiais e suas Aplicações	41
4.2.3.1 - Pedra Granítica	41
4.2.3.2 - Xisto	42
4.2.3.3 - Telha de Canudo	43
4.2.3.4 - Cobertura	43
4.2.4 - Descrição da Zona de Estudo	43
4.2.5 - Localização	44
4.2.6 - Levantamento Fotográfico	46
4.3 - Memória Descritiva e Justificativa	51
4.3.1 - Introdução	51
4.3.2 - Inserção Urbana de Edificação	51
4.3.3 - Enquadramento da Proposta de Acordo com Legislação	52
4.3.4 - Soluções do Projeto Perante a sua Utilização	52
4.3.4.1 - Edifício Principal	52
4.3.4.2 - Apartamentos	53
4.3.4.3 - Balneários Zonas Técnicas	54
4.3.4.4 - Churrasqueiras	55
4.3.4.5 - Acessos	56
4.3.5 - Materiais Utilizados	56
4.3.5.1 - Fundações	56
4.3.5.2 - Pavimentos	56
4.3.5.3 - Alvenaria	56
4.3.5.4 - Revestimentos	57
4.3.5.5 - Caixilharias e Portas	57
4.3.5.6 - Proteção de Vãos	57
4.3.5.7 - Cantarias	57



4.3.5.8 - Gradeamentos	57
4.3.5.9 - Cobertura	57
4.4 - Imagens Tridimensionais	58
4.4.1 - Exterior	58
4.4.2 - Edifício Principal.....	61
4.4.3 - Apartamentos	64
4.4.4 - Balneários Zonas Técnicas	65
4.4.5 - Churrasqueiras	66
Conclusão	67
Bibliografia	69
Anexos.....	72



Índice de Esquemas

Esquema 1 - Síntese das Definições de Visitante: Turista e Excursionista.	7
Esquema 2 - Classificações do Turismo consoante a Origem dos Visitantes.	8
Esquema 3 - Tipos de Turismo: Destino, Lugar ou Atividade.	10



Índice de Quadros

Quadro 1 - Distinção entre a Sociedade Rural / Sociedade Urbana.	12
Quadro 2 - Atividades Turísticas no Meio Rural e Urbano.	13
Quadro 3 - Tipologias das Zonas Rurais.	14
Quadro 4 - Características Turismo não Sustentável vs Turismo Sustentável.	32
Quadro 5 - Estratégias de Desenvolvimento Turístico - Turismo não Sustentável vs Turismo Sustentável.	33
Quadro 6 - Aspetos Principais do Património - Pontos Fortes vs Pontos Fracos.	38
Quadro 7 - Aspetos do Desenvolvimento Turístico.	38



Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução da Oferta do Turismo em Espaço Rural.....	23
Gráfico 2 - Evolução da Procura do Turismo em Espaço Rural.	25



Índice de Figuras

Figura 1 - Vista panorâmica sobre a cidade da Guarda.....	37
Figura 2 - Casais de Folgosinho.	39
Figura 3 - Casa Tradicional da Guarda.	40
Figura 4 - Exemplo de Planta Tradicional da Região, com Piso Térreo e Andar Sobradado respetivamente.	41
Figura 5 - Exemplo da Aplicação de Pedra Granítica na Região - Portas do Sol.	42
Figura 6 - Casa com Fachada em Xisto - Pedra Parda.	42
Figura 7 - Exemplo de Cobertura Duas Aguas com Telha de Canudo.	43
Figura 8 - Planta de Localização.	44
Figura 9 - Vista Aérea Total do Terreno.....	45
Figura 10 - Vista Aérea da Localização do Espaço a Intervir.	45
Figura 11 - Mapa das Perspetivas das Fotografias.....	46



Índice de Fotos

Foto A - Ligação à autoestrada A23.	46
Foto B - Caminho Pedonal/Viário.	46
Foto C - Habitações da Aldeia - Vista Sul.	47
Foto D - Vegetação.	47
Foto E - Predominância de castanheiros.	47
Foto F - Fachada Sul das Ruínas.	47
Foto F(a) e F(b) - Fachadas das Ruínas.	47
Foto G - Vegetação.	48
Foto H - Habitações da Aldeia - Vista Norte.	48
Foto I - Lameiro.	48
Foto J - Fachada Norte das Ruínas.	48
Foto J(a) - Fachada das Ruínas.	48
Foto L - Linha Férrea - Desativada da Beira Baixa.	48
Foto M - Vegetação Posterior a Linha Férrea.	49
Foto N - Linha Férrea - Desativada da Beira Baixa.	49
Foto O - Vegetação - Árvores e pastos.	49
Foto P - Vegetação que delimita o terreno.	49
Foto Q - Vegetação.	49
Foto R - Vista a Oeste do terreno.	49
Foto S - Vista a Este do terreno.	50
Foto T - Vegetação.	50
Foto U - Estrada desativada - Guarda/Sabugal.	50
Foto V - Castanheiros e giestas.	50
Foto X - Vegetação e castanheiros	50
Foto Z - Rua de acesso para a Aldeia.	50



Capítulo I - Introdução

1.1 - Relevância Temática

Em Portugal, sempre se investiu preferencialmente no desenvolvimento das áreas do litoral, tanto a nível industrial, como a nível de evolução das infraestruturas. O turismo no interior, carenciado de boas condições e qualidade de estruturas, tem resistido à custa do património natural ou memória cultural.

O turismo em espaço rural, consistindo no contacto com o campo, quer através de um modesto passeio destinado a preservar o contacto visual com a Mãe Natureza, ou de uma colaboração com os agricultores nas suas atividades diárias, é um fator originário e afirmativo nos últimos anos.

A partir de 1960, o sector turístico registou sobretudo na Europa um progresso notável, que no nosso país não tem sido muito estudado ou sequer planeado, talvez por escasso dinamismo, causando algumas dificuldades que vão desde a falta de adequação dos locais de construção das unidades turísticas, até à má administração comercial.

Graças à localização geográfica do nosso país, apresentando uma longa costa, com a existência de abundantes praias, o turismo realizado em Portugal, tanto pela própria população portuguesa, como pela estrangeira, tem-se assinalado principalmente na zona litoral ou nas suas proximidades. Contudo, por sempre ocorrerem melhorias nas zonas litorais, tem-se esquecido, sistematicamente, o aproveitamento do turismo na zona interior, conduzindo essas zonas para o esquecimento ou até mesmo para o desconhecimento das pessoas. Apesar de reconhecida esta situação, continua-se, infelizmente, a investir sobretudo em zonas bastantes desenvolvidas e a esquecer as zonas potencialmente turísticas do interior, entre as quais a Beira, provocando necessidades estruturais que não favorecem o progresso, que o turismo poderia proporcionar.

O turismo rural em Portugal tem uma cronologia muito antiga, que se pode fazer recuar a uma época correspondente às férias das classes mais abastadas. Posteriormente, parte destes fluxos que se dirigiam para o campo desviaram-se para a zona litoral, devido às infraestruturas cativantes e às acessibilidades facilitadas às grandes cidades. Essa deslocação, que poderia acarretar um esvaziamento dos campos como local de férias vai, no entanto, ser de algum modo compensada pelo alargamento dos seus benefícios a camadas sociais cada vez mais amplas, graças ao progresso económico verificado nas sociedades modernas, que aliado a um aumento da acessibilidade, vai ter como resultado a produção de novos e diferentes fluxos rumo ao espaço rural: é o aumento do número daqueles que têm hipóteses de fazer férias nos seus locais de origem; é a estreia das camadas mais modestas que passam a poder usufruir do turismo no espaço rural, que até então era privilégio das classes médias ou altas.

O Turismo em Espaço Rural (TER) é uma das formas de turismo que visa aproveitar a disponibilidade de residências rurais tradicionais, ocasionalmente monumentais e de interesse patrimonial, subaproveitadas das funções antecedentes. Esta forma de turismo, caracterizada principalmente pelo acolhimento familiar, permite uma ligação mais direta com a natureza, com os habitantes e com os seus usos e costumes locais. Os turistas dispõem de serviços particularmente individualizados e podem usufruir de um vasto património natural e cultural. É também através dessa forma que se vêm a completar as deficiências e as crises do sector agrícola, pois o agricultor, nas suas estratégias de sobrevivência através da pluriatividade, proporciona rendimentos complementares dos agrícolas, sem perda de autonomia e independência profissional e sem o afastamento quotidiano das explorações dos diferentes membros da família. Começa-se a encarar a compatibilidade entre as atividades turísticas e recreativas, de diferentes modalidades, com as potencialidades da exploração agrícola e os recursos ambientais.



Em Portugal, o Turismo em Espaço Rural, como ação económica, surgiu apenas nos anos 70, sob a designação de Turismo de Habitação. Em termos oficiais, tratava-se fundamentalmente de propagar a dispersão territorial da atividade turística, reforçando ao mesmo tempo as afluências de divisas pela consecução de novas frações dos mercados emissores europeus, de alto poder económico, requisitos de qualidade e especificidade, nomeadamente no género de alojamento e alimentação, nas relações humanas e no tratamento individualizado, em contraste ao comportamento de massa e ao anonimato dos grandes hotéis das estâncias balneares.

Este tipo de turismo estabeleceu fundamentos na hospitalidade de famílias residentes, conciliando a existência de patrimónios construídos consideráveis, cuja conservação e recuperação se tornavam demasiado custosas, mas consideráveis para as economias agrícolas pelas oportunidades de emprego, embora irregulares e salientadamente ocasionais, na constituição de novos mercados para as suas produções, alimentares ou de artesanato, nos benefícios extensíveis às regiões, no seu todo.

As zonas de turismo rural são de paisagem variada e muito humanizada, verde e arejada durante todo o ano. Estenderam-se por todo o país, à medida que se implantava o interesse pelo desconhecido, pelas suas paisagens não degradadas nem poluídas, por estilos de arquitetura popular e erudita, quando em simultâneo se vulgarizavam as praias sobrecarregadas e aglomeradas e alteavam os respetivos custos a nível de hotelaria e restauração, muito superiores relativamente aos do campo, montanha e de todo o interior do país, para iguais níveis de qualidade.

As unidades de turismo rural devem ser classificadas pelas atividades a serem exercidas em casas com características rurais (arquitetura típica regional) e inseridas em aldeias ou perto delas. Também podem ser consideradas de agroturismo, uma vez que se encontram em explorações agrícolas e com alojamento consequente da transformação dos seus anexos desativados com as modificações tecnológicas, muito embora a participação nos labores agrícolas, como atividade de animação, raramente seja incluída explicitamente no produto turístico oferecido.

Pretende-se pois permitir a exploração do turismo rural na cidade da Guarda, numa quinta situada, concretamente, na periferia da aldeia de Galegos, com ligação à autoestrada A23 e à estrada de acesso ao Parque Industrial da cidade. A quinta, neste momento, apresenta um combinado de pequenas ruínas que restam das paredes exteriores do edificado, que aparenta ter sido o alojamento de animais, palheiros e uma secção com um forno a lenha, já degradado. Com uma paisagem composta, predominantemente, por terrenos agrícolas, com alguma vegetação marginal devida à ausência de tratamento e uso, regista ainda a presença de duas minas de água. É dividida por um ramal e uma linha férrea desativada da Beira Alta.

Aproveitando a significativa dimensão da quinta e o desejo do seu melhor futuro aproveitamento, por parte da família proprietária, vai desenvolver-se um projeto arquitetónico visando o turismo rural e o agroturismo, destinado a cativar turistas para a Beira Interior, oferecendo a possibilidade de uma simples estadia numa paisagem campestre com ar puro ou a aprendizagem de alguns processos agrícolas, aferidos a cada época do ano.

1.2 - Objetivos

Devido a situação do local acima mencionada e à falta de alternativas turísticas, pretende-se, com esta dissertação, atingir os seguintes objetivos:

- ⇒ A interiorização do turismo;
- ⇒ A difusão de conhecimento e técnicas das ciências agrárias;



- ⇒ A diversificação da procura/oferta turística;
- ⇒ A diminuição do êxodo rural;
- ⇒ A promoção de intercâmbio cultural;
- ⇒ A conservação dos recursos naturais;
- ⇒ O reencontro dos cidadãos com suas origens rurais e com a natureza;
- ⇒ A geração de novas oportunidades de trabalho;
- ⇒ A integração do campo com a cidade;
- ⇒ Criar uma proposta funcional/arquitetónica que corresponde às necessidades do turismo para o local;
- ⇒ Adaptar a preservação das características originais da zona com as solicitações necessárias para a utilização/utilizador.

1.3 - Metodologia

A metodologia a aplicar para a elaboração desta dissertação/projeto está de acordo com os objetivos anteriormente enunciados. Assim, foram definidas três etapas principais para a sua elaboração:

- ⇒ A primeira abrange a recolha e a pesquisa bibliográfica indispensável para a fundamentação desta dissertação.
- ⇒ A segunda será a de averiguar as principais necessidades turísticas da zona e, conseqüentemente, as soluções mais adequadas. Caso seja necessário, pode-se recorrer a um inquérito à população de Galegos, com o objetivo de perceber o antecedente histórico da quinta, podendo assim conservar esse passado mas com uma certa evolução e vertente para o turismo.
- ⇒ A terceira consiste na elaboração de um projeto de arquitetura destinado ao turismo rural e ao agroturismo.

1.4 - Estrutura da Dissertação

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos, mas pode considerar-se que está dividida em duas partes.

A primeira parte é destinada à componente teórica sobre os principais conceitos em estudo, como o turismo, turismo em espaços rurais, turismo rural e o seu desenvolvimento. A segunda parte é destinada ao elemento prático desta dissertação, com a proposta de um projeto de arquitetura de Turismo Rural.

Em pormenor, a estrutura da dissertação mostra-se por capítulos e tem a seguinte organização:

O capítulo I dedica-se aos aspetos introdutivos e à perceção dos tópicos de pesquisa.

O capítulo II refere-se ao enquadramento teórico e reparte-se em diversas secções e subsecções:

Na secção 2.1 aborda-se o conceito de turismo e algumas definições sobre classificações, categorias e derivados do turismo, assim como a distinção entre o turismo urbano e turismo em espaço rural.

Na secção 2.2 apresenta-se um contexto do turismo em espaço rural, como surgiu e se desenvolveu o TER em Portugal, qual a sua caracterização, objetivos e funções e como podem aparecer lapsos, mas também estratégias de divulgar a diversificação da oferta e da procura



turística, bem como os seus custos e benefícios, consoante as modalidades do turismo em espaço rural, com base na análise da adequada legislação.

O capítulo III diz respeito ao turismo rural sustentável, explicando o seu conceito e estabelecendo a ligação com a atividade turística, e ainda, a comparação entre o turismo sustentável e o não sustentável.

O capítulo IV é destinado ao turismo rural na cidade da Guarda, mais concretamente em Galegos, através de um projeto de arquitetura, que efetua a ligação entre a pesquisa teórica e a zona de intervenção.

Na secção 4.1 realiza-se uma abordagem ao enquadramento histórico e apreciação da Beira Alta, enquanto ambiente, património e condições privilegiadas para o desenvolvimento do turismo.

Na secção 4.2 faz-se a análise da zona de intervenção, através da evolução do edificado, tanto da arquitetura típica da região, como dos materiais e suas aplicações.

A secção 4.3 diz respeito à memória descritiva da proposta arquitetónica.

Na secção 4.4 mostra-se o projeto de arquitetura em imagens tridimensionais.

A conclusão, onde se apresenta em traços gerais a trajetória desta dissertação como consequência dos objetivos e conceitos pretendidos e, finalmente, apresentam-se as peças desenhadas do citado projeto para turismo rural na cidade da Guarda.



Capítulo II - Enquadramento Teórico

2.1 - O Processo Turístico

2.1.1 - Abordagem ao Conceito de Turismo

Ao longo do século XX surge a necessidade de definir conceitos básicos relativos ao turismo para obtenção de estatísticas comparáveis¹. Os primeiros conceitos de turismo evidenciam os aspetos educativos e instrutivos das viagens, só mais tarde é relacionado com os seus efeitos económicos, onde se evidenciam os ganhos que os países obtêm pelas visitas de estrangeiros, para desfrutar das paisagens ou do património histórico e cultural. É nessa altura que surge pela primeira vez a palavra "touriste", instruída pelo escritor francês Stendhal (1830)².

Durante vários anos, eram considerados como turistas os viajantes ingleses que se deslocavam a França, Suíça ou Itália, apenas por motivos de instrução, curiosidade, ou descontração, porém, estas viagens começam a abranger outras nacionalidades e novos motivos. Assim, as viagens deixam de ser apenas itinerantes e passam a ter um carácter também sedentário, originando a criação de destinos turísticos de forma a atrair visitantes. Por outro lado, com o alargamento dos motivos da viagem (repouso, saúde, diversão) aumenta o número dos viajantes, passando estes a serem também considerados como turistas³.

Desde então começam a aparecer diversas definições de turismo, dependendo do autor que estudasse o assunto, contribuindo todas para chegar a uma definição final⁴, isto, porque as várias óticas segundo as quais o turismo pode ser observado derivam das perceções e das interpretações de um fenómeno que tem por base o ser humano, tanto na sua integridade como em tudo o que o envolve⁵.

Assim sendo, destacam-se quatro elementos que ajudam a encontrar uma definição exata de turismo⁶:

- O turismo é um conjunto de relações e fenómenos, não explicitados;
- Exige a deslocação para fora da residência habitual;
- Não pode ser utilizado para o exercício de uma atividade remunerada;
- Engloba qualquer pessoa e qualquer local de destino.

Neste sentido, pode definir-se turismo como sendo um conjunto de relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência das pessoas fora do seu local habitual de residência (turismo interno) ou fora do seu país (turismo internacional), não restringindo a duração da sua estadia, desde que estas deslocações e experiências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal⁷.

¹ CUNHA, Licínio, *A Definição e o Âmbito do Turismo: um aprofundamento necessário*, p.1.

² Idem, p.2.

³ Id., ibid.

⁴ Idem, p.8.

⁵ Idem, p.9.

⁶ Idem, p.10.

⁷ Idem, p.11.



O turismo interage com várias vertentes. Ao nível económico por exemplo, o turismo é visto como uma das indústrias capazes de proporcionar um rápido crescimento económico em relação aos postos de trabalho, rendimento, qualidade de vida e dinamização de outros sectores produtivos para o país recetor. Sendo assim, existe a necessidade de satisfazer as condições necessárias de receção dos turistas como⁸:

- Existência / conceção de infraestruturas distintas, tais como: saneamento básico, saúde, transportes, comunicações, alojamentos, restauração e zonas de lazer;
- Existência de grupos que organizam e se responsabilizam pela distribuição e comercialização do produto turístico;
- Promover a divulgação de bens alimentares, gastronomia, artesanato, etc.;
- Criação de novos postos de trabalho, com efeitos diretos e/ou indiretos no dinamismo económico regional e nacional.

Por outro lado, ao nível sociológico e cultural, o convívio dos turistas vindos de outros países ou de outras regiões do mesmo país tem implicações na categoria da migração social, consumo do tempo e de espaço, confronto de vivências e de distintos aspetos de relações humanas⁹.

A nível político, as migrações humanas têm efeitos económicos e sociais que podem explicar algumas medidas governamentais de encorajamento, travagem ou reorientação do fenómeno¹⁰.

Por fim, a nível ecológico, as condições naturais, como o clima, relevo e hidrografia, formam os componentes essenciais do objeto ou do produto turístico, e limitam alguns géneros de procura¹¹.

O turismo contribui para reconhecer o fosso económico que desagrega as regiões urbanas industrializadas das regiões rurais agrícolas, como meio de salvação para muitas regiões ditas afastadas. É uma forma de travar o êxodo rural e beneficiar as condições de vida da população, onde a agricultura não garante rendimentos satisfatórios e a indústria não se implanta por motivos de localização desfavorável, sendo contudo necessário capitalizar riquezas naturais como o solo, a paisagem, a neve ou o mar¹².

Atualmente, já não se gera o turismo como antigamente, pois o seu rápido crescimento provocou uma mudança geral da estrutura e das mentalidades sociais, dando lugar a uma nova e distinta visão acerca do fenómeno. Recentemente começa a haver uma preocupação a nível mundial em torno dos custos e dos benefícios do turismo para a economia, o ambiente e a sociedade, enquanto outrora se tratava simplesmente das vantagens das questões económicas¹³.

⁸ BATISTA, Mário, *O turismo em economia. Uma abordagem técnica, económica, social e cultural*, Instituto Nacional e de Formação Turística, 1986, p.9.

⁹ Id., *ibid.*

¹⁰ Id., *ibid.*

¹¹ Id., *ibid.*

¹² Idem, p.7.

¹³ Idem, p.12.



2.1.2 - Visitantes: Turistas vs Excursionistas

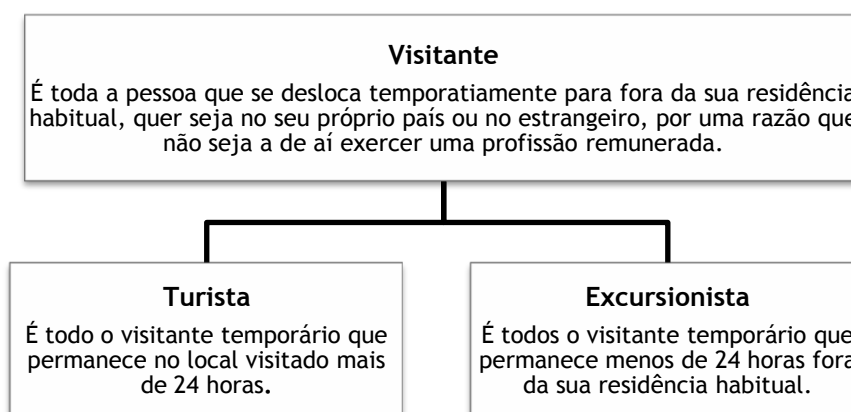
Perante a existência de diversas definições de turismo e devido a uma série de dificuldades referentes à comparação e análise estatística, a Organização Mundial de Turismo (OMT), recomendou a adoção de uma definição uniforme. Assim, foi divulgada uma proposta, na Conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as Viagens Internacionais, Realizada em Roma de 1963, na qual se adotou uma nova palavra: “visitante”, definido como “qualquer pessoa que se desloca de um país, diferente daquele onde tem a sua residência habitual, desde que aí não exerça uma profissão remunerada”¹⁴. O termo “visitante” integra outras definições¹⁵:

- **Turistas**, visitantes que permaneçam pelo menos 24 horas no país visitado e cujo propósito da visita é por lazer, negócios, família, congressos ou seminários;
- **Excursionista**, visitantes temporários que permaneçam no país visitado menos de 24 horas.

No entanto, esta definição é insatisfatória, uma vez que ignora a deslocação dos residentes de um determinado país e também não limita o tempo de permanência no local visitado, restringindo-o apenas a um prazo mínimo de 24 horas. Entretanto, para corrigir esta lacuna, em 1983, a OMT elabora uma nova definição para o termo visitante nacional designando esta como “toda a pessoa, qualquer que seja a sua nacionalidade, que reside num país e que se desloca a um lugar situado nesse país e cujo motivo principal da visita é diferente do de aí exercer uma atividade remunerada”, compreendendo ainda que a permanência no local visitado¹⁶:

- Do **turista nacional**, não seja superior a um ano e no mínimo 24 horas;
- E, de um **excursionista nacional** seja inferior a 24 horas.

Assim, podem sintetizar-se estas definições com o seguinte esquema:



Esquema 1 - Síntese das Definições de Visitante: Turista e Excursionista.

Fonte: Realização própria com base em Cunha, 1997.

¹⁴ CUNHA, Licínio, Economia e Política do Turismo, Editora McGraw-Hill de Portugal, Lda, 1997, p.5.

¹⁵ MONTEJANO, Jordi M., *Estructura del Mercado Turístico*, Editorial Sintesis, Madrid, 1991 e VIEGAS, M^a M. V. de Arrais, *As Estatísticas do Turismo e a Uniformização de Conceitos*, INE, Lisboa, 1997.

¹⁶ CUNHA, Licínio, op. cit., p.7.



2.1.3 - Classificação, Categorias e Tipos de Turismo

Com base nos conceitos de turismo e turista, resultaram diversas classificações assentes nas suas causas e influências e considerando fatores que interferem nas deslocações das pessoas¹⁷. Foram assim identificadas as seguintes classificações adaptadas pela OMT¹⁸:

- **Turismo Interno/Doméstico:** resulta das deslocações dos residentes de um determinado país que viajam unicamente no interior desse mesmo país;
- **Turismo Recetor:** turismo praticado num determinado país por visitantes residentes no estrangeiro;
- **Turismo Emissor:** resulta das visitas de residentes de um país a outro ou outros países.

Estas três formas básicas de turismo podem ser conciliadas de várias formas, originando dessas combinações as seguintes categorias de turismo¹⁹:

- **Turismo Interior:** abrange o turismo praticado por residentes de um determinado país que viajam unicamente no seu interior e por visitantes do mesmo país que residem no estrangeiro, contendo o turismo doméstico e o turismo recetor;
- **Turismo Nacional:** inclui os movimentos dos residentes de um determinado país que viajam unicamente no seu interior e por residentes de outros países, contendo o turismo doméstico e turismo emissor;
- **Turismo Internacional:** turismo praticado num determinado país por visitantes residentes no estrangeiro e por residentes desse país noutros países, consistindo no turismo recetor e emissor.



Esquema 2 - Classificações do Turismo consoante a Origem dos Visitantes.

¹⁷ MONTEJANO, Jordi M. e VIEGAS, M^a M. V. de Arrais, op. cit., p.9.

¹⁸ Id., ibid.

¹⁹ Id., ibid.



O turismo, em termos gerais, apresenta diferentes formas de viajar e de estadia, de acordo com os motivos implícitos ao desejo de viajar, distinguindo-se de acordo com²⁰:

- **O número de pessoas que viaja:**
 - **Turismo Individual** - de uma só pessoa ou família em viagem.
 - **Turismos de Grupo** - em que várias pessoas viajam em conjunto, como circuitos organizados por uma agência de viagem.

- **Os objetivos ou motivação da viagem:**
 - **Turismo Recreativo ou de Lazer** como: férias, cultura, desporto, visita a parentes ou amigos, outros;
 - **Turismo de Trabalho** como: reuniões, negócios, conferências, outros;
 - **Turismo de Saúde;**
 - **Turismo de Estudo;**
 - **Turismo de Trânsito.**

- **Os meios de transporte:**
 - **Aéreo;**
 - **Marítimo;**
 - **Ferroviário;**
 - **Equestre;**
 - **Fluvial;**
 - **Pedestre.**

- **Em função do tempo utilizado:**
 - **Turismo de Permanência:** é realizado numa localidade ou país, por um período de tempo variável que porém, exigirá, pelo menos uma dormida.
 - **Turismo de Passagem:** é efetuado apenas pelo período de tempo necessário para se alcançar uma outra localidade ou país, isto é, o destino final.

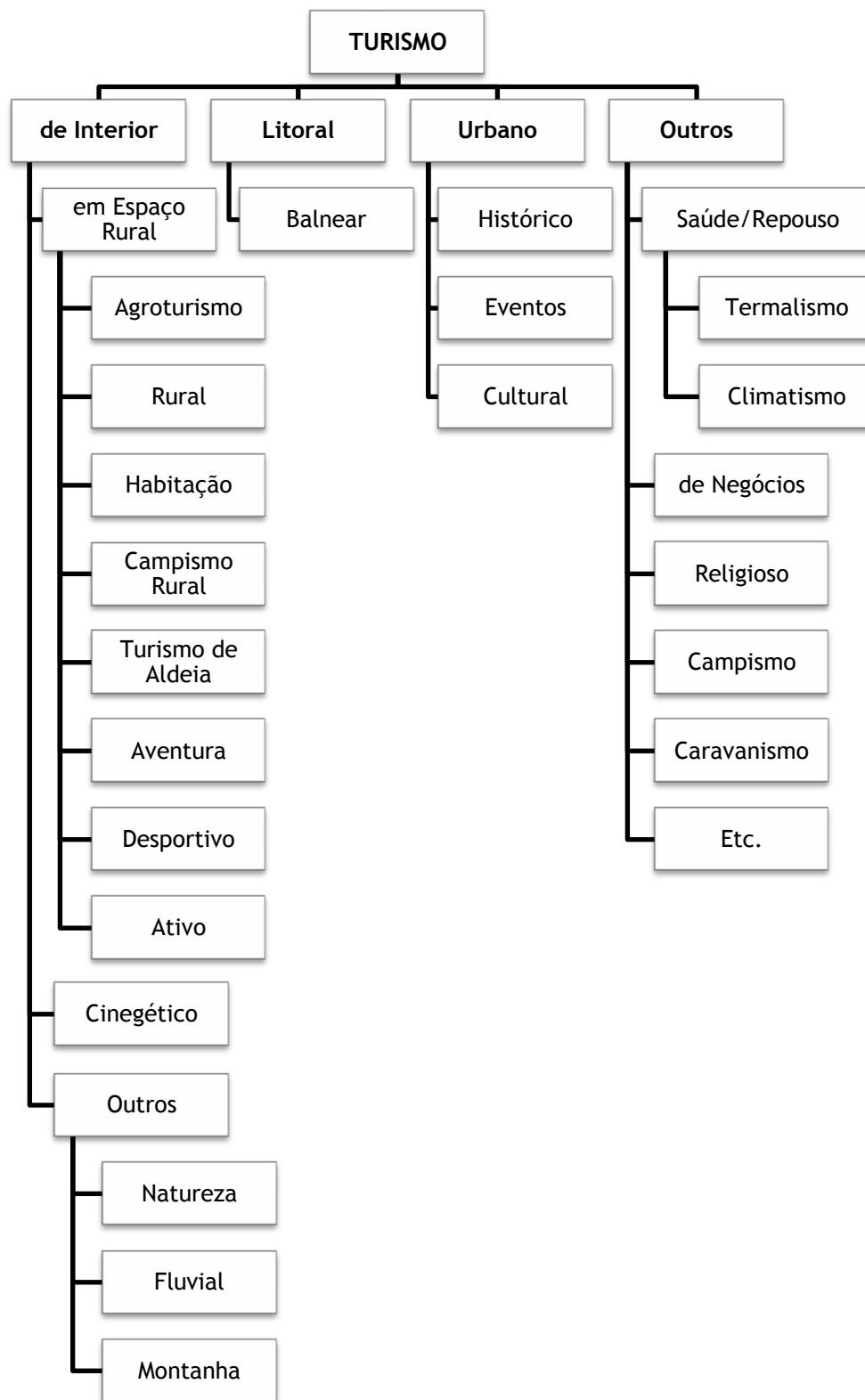
- **O modo de alojamento:**
 - **Hoteleiro** como: hotel;
 - **Para- Hoteleiro** como: residência secundária ou de familiares ou amigos, campismo, habitação rural, agroturismo, entre outros.

- **De acordo com orçamento, preço ou classe social:**
 - **Turismo de Luxo / Alternativo:** envolve estadias em empreendimentos de gama alta, bem como atividades e equipamentos sofisticados;
 - **Turismo de Classe Média / Massas:** realizado pelas pessoas de menor nível de rendimentos, viajando em grupos, com gastos reduzidos e permanência de curta duração.
 - **Turismo Social:** efetuado pelas camadas sociais de rendimentos modestos, através da sua participação, que só se toma possível ou facilitada por medidas de carácter social bem definidas.

²⁰ CASTRO, Ana, Carlos L. Pratas, Isabel A. Mineiro, Maria L. Antunes, Victor J. G. C. Silva, *Turismo Rural: O Caso da Vila de Paul - Covilhã*, Dissertação de Licenciatura em Sociologia, Universidade da Beira Interior, Covilhã 1994, pp.31 e 32.



- Em função do *destino*, do *lugar* ou da *atividade*:



Esquema 3 - Tipos de Turismo: Destino, Lugar ou Atividade.

Fonte: Realização própria com base em <http://br.monografias.com/trabalhos2/turismo-portugal/turismo-portugal2.shtml> - Acedido em: 16 / 03 / 2012.



2.1.4 - Relação Entre o Turismo e o Meio Ambiente - Vantagens e Desvantagens

Como todas as atividades humanas, o turismo afeta o meio ecológico, sendo este considerado normalmente como um elemento de degradação e poluição.

Os níveis culturais e de civismo dos visitantes estão relacionados com o respeito que demonstram quanto a prevenção e à limpeza/higiene dos recursos naturais que visitam ou utilizam. Para além destes, também os responsáveis nacionais, regionais e locais contribuem para a deterioração e destruição do meio ambiente, causando a desarmonia no ordenamento urbano e paisagístico, afetando o seu equilíbrio estético e ecológico, onde se nota nas potencialidades de uso turístico e no próprio meio ambiente. Contudo, embora possa gerar efeitos negativos, também consegue trazer efeitos positivos²¹:

- **Efeitos Negativos Diretos:** urbanizações, construções desordenadas e pouco integradas, ruídos, lixos e dejetos, sobretudo da junção espacial e temporal;
- **Efeitos Negativos Indiretos:** a subida do nível de vida desencadeada pelo turismo quebra, por vezes, equilíbrios ascendentes Homem-Natureza, como desistência da agricultura e da criação de gado, o que provoca a degradação dos solos e facilita a propagação de incêndios nas florestas;
- **Efeitos Positivos:** ativa a consciência das populações e das autoridades pela valorização do meio ambiente. O turismo permitiu patentear e valorizar regiões e zonas sem características peculiarmente atrativas ou inospitais/inexploradas.

O meio natural é muitas vezes vítima da carência de participação e controle de fenómeno turístico. Bastantes dos efeitos negativos do turismo conseguem ser evitados através de uma planificação específica de ordenamento turístico. Cada zona tem os seus próprios atributos e alguns estão em condições de sustentar frequências turísticas densas. Pelo contrário, outros podem ser inevitavelmente danificadas a partir dos seus primeiros sinais de progresso turístico²².

2.1.5 - Turismo Urbano vs Turismo em Espaço Rural

O termo *rural* é normalmente associado ao *campo* e o termo *urbano* em oposição é definido como *cidade*. As diferenças socioculturais, ambientais e económicas, são definidas devido a funções específicas do espaço, das densidades populacionais distintas, à convergência de certas atividades, favorecer, ou não, certas infraestruturas, à distância as grandes cidades, sendo a densidade populacional a principal característica que marca a diferença entre espaço rural e espaço urbano²³.

O programa de desenvolvimento rural da *Organização de Cooperação Económica e Desenvolvimento* (OCED) determinou como regra base a nível local: uma densidade populacional inferior a 150 hab./Km², e a nível regional distinguiram a população rural segundo três características²⁴:

²¹ BATISTA, Mário, op. cit., pp.26 - 28.

²² Id., ibid.

²³ RAMOS, Isabel, *Estratégias para um Turismo Rural Sustentável*, Dissertação de Licenciatura em Sociologia, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2000, p.13.

²⁴ OCDE, *Politique du Tourisme et Tourisme International Dans les Pays de L'OCDE 1991 - 1992 Étude Spéciale: Les Stratégies du Tourism et le Développement Rural*, Publication OCDE, 1994, p.12.



- *Essencialmente Rural*, uma região com população rural superior a 50%;
- *Sensivelmente Rural*, uma região com população rural entre 15% e 50%;
- *Essencialmente Urbano*, uma região com população rural inferior a 15%.

O uso dos solos e as estruturas sociais tradicionais são considerados como elementos qualitativos das diferenças das zonas rurais. O primeiro, permite identificar as zonas rurais do que é considerado urbano, já que as atividades económicas são de origem agrária e florestal. As sociedades rurais tradicionais passaram uma acelerada urbanização, do século XIX ao século XX, criando novas estruturas sociais, provocando permanência na dificuldade em definir as características precisas da sociedade rural. Ao longo dos anos, obteve-se um conjunto de características que permitem identificar as sociedades rurais, Frankenberg constituiu um quadro de contrastes urbanos/rurais, ainda válido na atualidade²⁵.

Quadro 1 - Distinção entre a Sociedade Rural / Sociedade Urbana.

Sociedade Rural	Sociedade Urbana
Comunidade	Associação
Domínios sociais com relações pouco numerosas, funções múltiplas	Domínios sociais com relações numerosas, repartição/cruzamento de funções
Multiplicidade de função para uma mesma pessoa	Multiplicidade de função para várias pessoas
Economias simples	Economias diversificadas
Fraca divisão do trabalho	Forte especialização de mão-de-obra
Estatutos atribuídos	Estatutos adquiridos
Educação em função do estatuto	Estatuto derivado da educação
Tecido social/Organização fechada	Tecido social/Organização aberta
População local	População cosmopolita
Classe socioeconómica é apenas uma forma de divisão social	Classe socioeconómica é a principal classificação
Conjunção	Segregação
Integração no ambiente de trabalho	Separação do ambiente de trabalho

Fonte: Realização própria com base em Frankenberg (1996), adaptado de OCDE (1994).

Existe uma distinção entre atividades turísticas tanto rurais como urbanas, pois é bastante difícil determinar as atividades especificamente rurais ou urbanas, formando assim, uma larga categoria intermedia. No quadro seguinte é apresentada uma classificação do tipo de atividades turísticas, segundo o conceito de *continuum* rural-urbano.

²⁵ Id., Ibid.



Quadro 2 - Atividades Turísticas no Meio Rural e Urbano.

Em Espaço Rural	Em Espaço Meio Rural/Urbano	Em Meio Urbano
- Caminhada	- Natação	- Visitar cidades
- Escalada	- Praia com menos intensidade	- Centro comercial
- Aventuras selvagens	- Desportos que exigem uma infraestrutura artificial do tipo seminatural	- Praia com grande intensidade
- Canoagem	- Estâncias termais	- Atividades relacionadas com o património e cultura urbana
- Rafting	- Atividades gastronómicas	- Jardins Zoológicos
- Ski	- Atividade de preservação	- Turismo Industrial
- Snowboard	- Atividades educativas	- Grandes conferências e congressos
- Fotografia e Observação da envolvente	- Camping	- Espetáculos que exijam infraestruturas artificiais à escala internacional em estúdio.
- Caça	- Visitas turísticas	
- Ciclismo de montanha	- Vela/cruzeiros	
- Equitação	- Pesca de mar	
- Estudos do património rural/cultural		
- Excursões à aldeia/vilas típicas		
- Férias para relaxamento		
- Férias rurais		
- Pequenas reuniões/conferência		
- Pesca no rio		
- Desportos praticados na Natureza - jogos de orientação		

Fonte: Realização própria com base em OCDE (1994).

Perante a definição de espaço rural e face às características comuns/distintas entre o meio rural e o meio urbano, nasce o conceito *de continuum* rural-urbano. O programa de desenvolvimento rural da OCDE criou uma tipologia para avaliar a geografia económica das zonas rurais e abranger esse conceito²⁶. Assim sendo, existem duas tipologias extremas nas comunidades rurais: as zonas periféricas/recuadas e, no outro extremo, as zonas rurais economicamente integradas. Entre estes dois pontos distintos, depara-se com uma diversidade de características, essencialmente rurais ou essencialmente urbanas, apresentando

²⁶ Id., Ibid.



um ponto intermédio com particularidades tanto a nível rural como urbano. De facto, as zonas rurais intermédias situam-se entre esses extremos, pois esta tipologia remete para o conceito de *continuum*, sendo que os três tipos de zonas rurais não são nitidamente limitadas, mas conjugadas entre si surgindo assim a necessidade de analisar a continuidade existente entre o espaço rural e o espaço urbano²⁷.

Quadro 3 - Tipologias das Zonas Rurais.

Tipologia	Caracterização
Zonas Rurais Periféricas ou Recuadas	- Fraca densidade populacional; - Pequenas empresas tradicionais e pouco qualificadas; - Custos de prestação de serviços elevados.
Zonas Intermédias	- Atividade económica enfraquecida; - Caraterística propicia ao desenvolvimento rural; - Ações económicas baseadas no setor de produção; - Permite criar vantagens em postos de trabalho.
Zonas Rurais Economicamente Integradas	- Grandes explorações agrícolas; - Economia diversificada com bons serviços; - Boas bases de infraestrutura.

Fonte: Realização própria com base na OCDE (1994).

Neste contexto, o progresso do espaço rural vem modificar a sua função tradicional, surgindo a necessidade de analisar as suas funções do espaço rural, que servem de base para a execução de diversas atividades que prejudicam os elementos naturais, culturais, sociais e históricos, que o tornam apreciável e valioso²⁸.

2.2 - O Turismo em Espaço Rural

2.2.1 - Contexto do Turismo em Espaço Rural

O espaço rural tem sido, até outrora, extremamente produtivo, sustentado na sua atividade económica mais tradicional, a agricultura. Todavia, as transformações decorrentes das grandes mudanças socioeconómicas, destacadas em termos tecnológicos e pela revolução química do setor agroindustrial vieram modificar a caracterização deste espaço pela industrialização²⁹.

No espaço de trabalho pode dividir-se em três fases fundamentais³⁰:

- A primeira, é assinalada pelo complexo agroartesanal, em que a agricultura atinge um papel essencial, pelas práticas artesanais e pela produção agrícola, assistindo às carências da população rural. Este período, ocorrido até à revolução industrial, foi caracterizado pela diversidade funcional e autossuficiência, por sistemas fechados 'repousados', sobretudo na agricultura e no artesanato utilitário;

²⁷ Idem, p.17.

²⁸ Id., Ibid.

²⁹ BADOUIN, Robert, *Économie Et Aménagement De L'espace Rural*. Paris: Presses, Universitaires de France, França, 1979, p.234.

³⁰ Id., Ibid.



- A segunda fase (entre os séculos XIX - XX nos países mais desenvolvidos) é distinguida em particular pela agricultura, esmorecendo, assim, os meios artesanais que foram empobrecidos a nível funcional e de êxodo intensivo das zonas rurais;
- A última fase, dos anos 50 até à atualidade, sucedeu perante o abrandamento da agricultura face ao progresso tecnológico. Assim, aproxima o *rural* do *urbano*, alterando a sua distância, a variedade das atividades económicas nas zonas rurais, sem se apoiar apenas na agricultura, mas também na indústria, no comércio e em alguns serviços.

As primeiras manifestações de turismo em espaço rural sucederam no início do século XIX, quando as famílias aristocratas elegiam o campo como local de estadia, pois, já nessa altura, as férias eram vistas como fuga alternativa à cidade, através do convívio com a Natureza e com a ruralidade. Logo, não serão de estranhar as raízes burguesas ainda divulgadas nos espaços rurais³¹.

Em toda a Europa, a atratividade pela ruralidade divulgou-se na literatura clássica. Através da literatura implícita ao tema das viagens, os escritores Almeida Garrett e Alexandre Herculano, de certo modo, foram os pioneiros deste fenómeno, ao valorizarem e avaliarem os antigos hábitos³².

O proveito gradual pelo espaço rural, divulgado de diversas formas nos vários países Europeus, foi adquirindo dimensão, nascendo assim as primeiras estruturas de apoio e de organização da atividade turística³³.

O progresso da realização turística no espaço rural, em meados do século XX, surge com movimentos e serviços divulgados e reconhecidos pelo público (visitantes) como possibilidades de estadia no campo, provocando no espaço uma componente atrativa para os residentes urbanos³⁴. Nesse sentido, é importante esclarecer o conceito de turismo em espaço rural. Este consiste num conjunto de atividades, serviços de alojamento e animação a turistas, em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados mediante remuneração, em zonas rurais. Este tipo de turismo pode ser usado de várias formas: pelo tipo específico de alojamento, o seu envolvimento ou não numa exploração agrícola, a existência de um determinado propósito ou de certas especificidades ou como está naturalmente apresentado por um tipo de turismo propício às zonas rurais³⁵.

2.2.1.1 - O Surgimento e Desenvolvimento do TER em Portugal

Em Portugal, o turismo em espaço rural surgiu na década de 60 do século passado. A localização geográfica do país, as suas condições climatéricas e os preços praticados começam a atrair para Portugal correntes turísticas vindas do estrangeiro, a uma escala mais elevada. O turismo torna-se assim uma vertente económica quase desconhecida no país, quer no que respeita aos seus efeitos, quer quanto ao enquadramento, mas de forma aparentemente fácil.

³¹ MOREIRA, Fernando João, *O Turismo em Espaço Rural - Enquadramento e Expressão Geográfica no Território Português*, Centro de Estudos Geográficos, Portugal: Estudos Gerais B8, Lisboa, 1994, p.69.

³² Id., Ibid.

³³ Id., Ibid.

³⁴ Id., Ibid.

³⁵ KASTENHOLZ, Elisabeth, Duane Davis, Gordon Paul, *Segmenting tourism in rural areas: The case of north and central Portugal*, *Journal of Travel Research*, Vol. 37, nº 4, 1999, p.353.



Nesta altura, surgem os grandes empreendimentos turísticos onde até então não existia qualquer objeto de planeamento e, com o aparecimento dos desequilíbrios estruturais, o turismo em espaço rural passa a ser integrado nos Planos de Fomento que foram os grandes instrumentos de estratégia de desenvolvimento do país, abrangendo todos os domínios da sociedade³⁶.

Apesar de estar presente a ideia de evitar alguns erros, surgem nessa altura os primeiros desgastes a nível ambiental, dando-se então preferência às questões relacionadas com as correções dos desequilíbrios regionais e de ordenamento do território, sendo o turismo visto como sector estratégico para o desenvolvimento socioeconómico, a qualidade de vida, o progresso social da população, do ordenamento do território, da correção progressiva dos desequilíbrios regionais, do emprego e da distribuição territorial dos rendimentos³⁷.

A nível institucional, o turismo passou a ser responsabilidade de um membro do governo. Os órgãos locais foram integrados em Regiões de Turismo e foi criado o Instituto Nacional de Formação Turística, pretendendo prover o turismo de uma estrutura própria a nível político e institucional³⁸.

Já nos finais da década de 70, surge o conceito de *turismo de habitação* como a primeira modalidade de turismo em espaço rural, assumindo e valorizando a sua localização especificamente rural, a sua história patrimonial e a sua pequena dimensão, representadas pela qualidade do meio e da habitação, pela forma de acolhimento personalizado, pouco profissional, doméstico e familiar, pelo possível convívio entre os visitantes e os residentes na descoberta de outros espaços e vivências³⁹.

As modalidades a expandir deveriam ter natureza familiar e, simultaneamente, valorizar e proteger o património cultural, como a arquitetura tipicamente regional. Para além do turismo de habitação, foram consideradas duas novas modalidades: o *turismo rural* e o *agroturismo*⁴⁰.

A partir dos anos 90, a percentagem de turistas portugueses aumentava de ano para ano, incidindo num esgotamento do modelo de desenvolvimento turístico baseado no turismo litoral e no aproveitamento indiscriminado dos recursos naturais. Era então urgente cativar a população para os novos produtos turísticos, encaminhados de acordo com a nova procura turística e assentes em princípios mais sustentáveis⁴¹.

Surge em 1997 uma nova legislação que pretendia revitalizar e desenvolver o conjunto económico rural, contribuindo para o aumento dos rendimentos dos residentes locais e dos postos de trabalho e a fixação das ditas populações⁴².

Posteriormente, foram criadas novas modalidades de turismo em espaço rural: *as casas de campo*, o *turismo de aldeia*, os *hotéis rurais* e os *parques de campismo rural*, pretendendo-se desta forma clarificar o tipo de alojamento e o seu carácter familiar e de atividade complementar dos seus donos⁴³.

O turismo em espaço rural, propagou-se gradualmente pelo país e cerca de dez anos após o seu enquadramento legal, o número de unidades de TER tinha triplicado. Já no início deste século, é elaborada nova legislação, estabelecendo o novo regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos turísticos, mantendo-se genericamente a filosofia

³⁶ CUNHA, Licínio, *Economia e Política do Turismo*, Editora McGRAW-HILL, Alfragide, 1997.

³⁷ CAVACO, Carminda M. M., *Turismo Rural e Turismo de Habitação em Portugal*, In: CAVACO C - Desenvolvimento Rural Desafio e Utopia, Centro de Estudos Geográficos Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999, pp.293 - 304.

³⁸ Id., Ibid.

³⁹ Id., Ibid.

⁴⁰ Id., Ibid.

⁴¹ Id., Ibid.

⁴² Id., Ibid.

⁴³ Id., Ibid.



anterior. Em 2007, esta legislação volta a ser reforçada, tendo em consideração a sua ligação à natureza e o contributo decisivo para o desenvolvimento e modernização da região em que estão localizadas⁴⁴.

Neste contexto, pode compreender-se facilmente a preocupação não só relativa à diversificação da oferta turística nacional, como também a de lançar produtos mais sustentáveis e que contribuíssem para o desenvolvimento local, por parte das entidades oficiais nacionais⁴⁵.

2.2.2 - Turismo em Espaço Rural - A sua Caracterização

Como síntese, segundo a OCDE, as características base identificadoras do turismo em espaço rural devem ser⁴⁶:

- A localização em zonas rurais caracterizadas pelas áreas com ligação tradicional e com interesse na agricultura ou ambiente, contendo uma paisagem de carácter especificamente rural;
- A prática à escala rural, com estadia em alojamento tipicamente rural, aproveitando os espaços ao ar livre, o contato com o património natural, incluindo as populações rurais e as suas práticas tradicionais;
- Os atributos arquitetónicos e os materiais construtivos utilizados, típicos da região;
- A sustentabilidade, na medida em que o seu desenvolvimento deve ajudar a manter as definições rurais da região, utilizando os recursos locais e os conhecimentos vindos do saber das populações e não ser um instrumento de urbanização;
- A diferenciação de acordo com a diversidade do ambiente, da economia e com a singularidade da história, das tradições e da cultura populares da região em causa.

O Turismo em espaço rural tem como objetivo principal oferecer ao turista a oportunidade de reviver as práticas, os valores e as tradições culturais e gastronómicas das sociedades rurais, com um acolhimento personalizado e lucrativo com a sua hospedagem⁴⁷.

2.2.3 - Os Objetivos e as Funções do Turismo em Espaço Rural

A qualidade turística de uma zona depende, para além do alojamento, também das atividades que podem ser desenvolvidas pelos visitantes e a criatividade deste tipo de atividade pode constituir uma componente importante do produto turístico na escolha para o local de férias.

⁴⁴ Id., Ibid.

⁴⁵ Id., Ibid.

⁴⁶ OCDE, op.cit., p.22.

⁴⁷ Id., Ibid.



O espaço rural deve incluir um mínimo de animação e de equipamentos recreativos-desportivos, que, simultaneamente com o alojamento e a alimentação, permitem produzir produtos turísticos completos.

O espaço de produção passa por uma fase de valorização agra artesanal extrema. Nesta ótica, a potencialização das ações desportivas e de animação sociocultural no espaço rural tem por base os seguintes objetivos⁴⁸:

- Variar as atividades recreativo-desportivas e a animação, com a finalidade de oferecer ao turista amplas possibilidades de escolha;
- Desenvolver atividades através de iniciativas locais, com o propósito de transformar a população residente em gestora e protagonista de uma autêntica animação;
- Simplificar a abertura e o aumento da importância dos valores físicos e biológicos da Natureza, com a sua preservação;
- Elaborar produtos turísticos, mediante a conexão da oferta de alojamento com este tipo de atividade, visto que desta inter-relação depende, em grande parte, o incremento da ocupação e da oferta de alojamento existente e da criação de nova. Nesta perspetiva, podem distinguir-se dois tipos fundamentais: as reservadas ao desenvolvimento de atividades recreativo-desportivas ao ar livre e as que valorizam as diferentes formas de expressão sociocultural da vida rural.

O deslocamento da população para a “periferia rural” das grandes cidades ocorreu devido ao regresso da indústria para o meio rural, como consequência das vantagens oferecidas à semelhança do espaço urbano. Esta foi a causa do aumento e das variedades dos serviços e comércio como solução para os novos hábitos e superar as exigências de consumo, assim como também a exploração imobiliária e os aspetos negativos que influenciam a vida urbana como a poluição sonora e ambiental, a congestão do tráfego, o individualismo e a criminalidade⁴⁹.

Com a crescente indistinção entre local de trabalho e local de residência, simplificado pelos horários de trabalho flexíveis, com as redes viárias que melhoram dos acessos aos meios rurais, nasceu a noção de espaço rural como residência da população urbana. Este, por sua vez, passa a ter uma *função residencial* que consiste na presença de um certo número de pessoas que habitam no espaço rural, nas periferias urbanas, enquanto que as possibilidades de emprego se localizam num espaço urbano com melhores acessos aos serviços, acessibilidades e qualidade ambiental⁵⁰.

Neste contexto, a *função ecológica* tem como objetivo a conservação e a proteção e é também identificada e apreciada pelos habitantes residentes, tendo em conta que a sua contribuição para o balanço ecológico está associada ao desempenho das áreas rurais e à conservação da herança natural⁵¹.

A *função social e cultural* das áreas rurais consiste na relação da população rural com os seus costumes e tradições, sendo estes fatores vitais de cultura tradicional e ambiental, que colaboram com uma diversidade cultural e identidade nacional⁵².

⁴⁸ GOMEZ, Venâncio Bote, Turismo em Espaço Rural: rehabilitacion del patrimonio sociocultural Y de la economia local, Editorial Popular, Madrid, 1988, p.43.

⁴⁹ BADOUIN, Robert, op. cit., p.230.

⁵⁰ Id., Ibid.

⁵¹ Id., Ibid.

⁵² KELLER, Peter, Turismo rural, esperanza o ilusión? - Una aportación desde la perspectiva de Suiza, 1991, p.27 - 34.



As funções turísticas do espaço rural podem ser apresentadas em três fases fundamentais⁵³:

- A primeira, dirige-se às comunidades rurais;
- A segunda, está ligada ao crescimento e à aceitação do estilo de vida urbano, tanto para os seus habitantes, como para os rurais das proximidades vizinhas, em que as cidades são consideradas espaços de distração por excelência;
- Na terceira e ainda atual, o espaço rural assume o estatuto de local de acolhimento das atividades recreativas, convidando agora os habitantes urbanos.

As funções turísticas e recreativas diferenciam-se das funções residenciais pela sua índole de fixação temporária. Enquanto, a função turística implica às populações rurais ou urbanas uma assiduidade temporária no espaço rural, a função residencial obriga que essa utilização temporária seja superior a 24 horas, por parte dos turistas de outras regiões⁵⁴.

Neste contexto, a função turística está relacionada, principalmente, com as diferentes atividades de carácter turístico, relacionada com os espaços rurais e por ser insensível à distância aos centros urbanos. Por outro lado, as funções recreativas são de carácter temporal e dependente da proximidade das cidades⁵⁵.

No turismo em espaço rural, as suas funções baseiam-se na preservação e valorização do património histórico, cultural e natural, ou seja, faz com que os espaços rurais locais sejam os ideais para desenvolver atividades turísticas em contacto direto com a Natureza, cultura, história e tradição rural⁵⁶.

Desta forma, em suma, consegue-se descrever, sinteticamente, o complexo sistema de funções que abrangem o espaço rural como sendo um “complexo sistema de relações entre homem/homens e Natureza, derivados de um número de atividades humanas, consumptivas e conservadoras numa paisagem traçada pela mão humana. Esta paisagem é marcada pela exploração agrícola do solo, o que causa um fenómeno de dimensão social, política, cultural, económica e ecológica, e que pode ser definido pelos crescentes impactos dos espaços urbanos relacionados”, (Grefe, Xavier, 1993).

2.2.4 - Turismo em Espaço Rural: Os Seus Lapsos e As Suas Estratégias

Constata-se presentemente, uma apreensão em certificar a promoção do turismo em espaço rural por meio das administrações públicas e dos diversos agentes socioeconómicos, pois existe ainda alguma inconsciência da necessidade de descobrir soluções para fazer frente à crise económica, à degradação das reformas das estruturas agrícolas e ao aniquilamento das estruturas de base de bastantes zonas rurais. Nesta ótica, o turismo em espaço rural consiste sobretudo em assegurar a salvaguarda de esforços e de formas de vida rentáveis, tanto para os habitantes como para as futuras gerações⁵⁷.

Lamentavelmente, subsistem muitos casos na Europa Ocidental, onde a apreciação da dimensão turística no método de desenvolvimento local obteve um efeito de paralisação e de

⁵³ MOREIRA, Fernando João, op.cit., p.65.

⁵⁴ Id., Ibid.

⁵⁵ Id., Ibid.

⁵⁶ Id., Ibid.

⁵⁷ REQUENA, Javier Palatrava, Pedro Ruiz Avilés, *O Turismo - Uma Oportunidade Para Zonas Desfavorecidas*, in *Gazeta das aldeias*. - N° 3020/21 (Jul/Ago 1994). - pp.10 - 12.



retrocesso, alterando a sua autenticidade e com isso causando o desaparecimento da rentabilidade económica da oferta turística local. Esta apreciação manifesta-se pela expansão das capacidades de acolhimento para além dos limites desejáveis, pelo aparecimento de fenómenos de pesquisa interna e externa, pela degradação do meio ambiente e pela carência do elemento humano e nas relações das personalidades, que são os fatores mais procurados pelos admiradores do verdadeiro turismo rural⁵⁸.

A esta problemática sobre a dimensão turística, relaciona-se com frequência à falta de instituições adequadas a nível local, à busca principal e desorganizada de lucros rápidos, a um baixo nível de formação profissional e de contexto inferior das condições da qualidade turística, quer sobre o plano individual, quer coletivo. Associa-se ainda à ausência de planeamento e de objetivos concretos, entre outras tantas causas de debilidade deste modelo de desenvolvimento para o turismo em espaço rural e outros tantos prováveis motivos de fracasso, mesmo em zonas que disponham de grandiosos meios naturais e culturais⁵⁹.

Em primeiro lugar, deve identificar-se cada situação específica e esclarecer os objetivos pretendidos, para poder definir as ações a desenvolver, tendo em consideração a oferta de um produto turístico atrativo e alternativo. Assim, pode definir-se uma série de condições prioritárias⁶⁰:

- Assegurar um equilíbrio entre os sistemas ecológicos, socioeconómicos e culturais da zona, em simultâneo com a introdução do processo de desenvolvimento provocando mudanças;
- Oferecer à população local uma origem de rendimentos adicionais, que permita fazer frente à crise no sector agrícola e das comunidades rurais, o que implica um controle local sobre as resoluções de investimento;
- Cooperar para as distintas atividades económicas, ampliando a oferta de serviços e de produtos locais, como forma de maior capacidade de atração turística;
- Privilegiar a execução estruturada de ordenamento do território, que permita melhorar a competitividade das atividades económicas das zonas menos favorecidas e fornecer infraestruturas e equipamentos indispensáveis à qualidade de vida, tanto para as populações locais como para os visitantes.

Na opinião de Javier Reguena e Pedro Avilés, são estes os requisitos básicos a respeitar para a elaboração de um modelo concreto do turismo em espaço rural, baseado não apenas em razões meramente conservadoras, mas nas necessidades de possibilidade económica⁶¹. Assim foi necessário criar estratégias de desenvolvimento turístico em espaço rural⁶²:

- Adequar a oferta à procura, tendo em conta as capacidades do espaço rural;
- Gerar um dispositivo para apoiar a análise, a programação e o financiamento de iniciativas locais;

⁵⁸ Id., Ibid.

⁵⁹ Id., Ibid.

⁶⁰ Idem, p.54.

⁶¹ Id., Ibid.

⁶² Delegação Regional da Cultura do Centro, *Exclusão Social e Turismo Rural*: relatório e atas do seminário decorrido em Almeida de 7 a 8 de Maio de 1992, p.143.



- Organizar um programa de atividades turísticas, em que se observem benefícios para os desfavorecidos, sustentado por verdadeiras aptidões profissionais, com base nos recursos arqueológicos, naturais e ambientais, mas impulsionado por associações locais;
- Estimular a utilização de património privado com valor histórico-cultural e criar condições económicas para apoio das autarquias;
- Recrutar as conveniências para as atividades de agroturismo de modo a dar condições de pluriatividade e gerar rendimentos suplementares;
- Incentivar os emigrantes a investir nas suas regiões de origem;
- Adequar as comunidades rurais com as atividades relacionadas com o turismo.

No entanto, nem todos os espaços rurais são solução para o turismo, pois não têm uma resposta definitiva para as questões de marginalização económica e social de muitas zonas rurais⁶³.

2.2.5 - A Diversificação da Oferta e da Procura Turística

2.2.5.1 - Oferta Turística

A oferta turística pode ser entendida como um conjunto de recursos naturais e artificiais de uma cidade, região ou país, assim como de bens e serviços que necessitem de investir em infraestruturas para complementar a atividade turística. Engloba, portanto, tudo o que está presente no local de destino e que pode ser oferecido aos turistas para a satisfação das suas necessidades. Existe uma grande quantidade de elementos que compõem a oferta turística, como os elementos naturais (o clima, a configuração física e geográfica, a flora e a fauna), e os elementos artificiais (como os históricos, os culturais, os religiosos, os de hospedagem, os meios de transporte e outros). Assim, esses elementos ou o conjunto deles, diferenciam o potencial da oferta turística de uma cidade, região ou país⁶⁴.

A oferta turística pode também ser definida como a quantidade de bens e serviços turísticos que os produtores estão dispostos a vender a um determinado preço, por um determinado período de tempo para os turistas⁶⁵.

As características da oferta turística englobam tudo o que está presente no local de destino e que pode ser oferecido aos turistas. Entretanto, a oferta apresenta algumas peculiaridades que merecem destaque, como⁶⁶:

- Impossibilidade de poder ser guardada para consumo posterior;
- Competitividade, por não ser considerada necessidade básica e primária do homem, fortemente sujeita à concorrência de outros bens e serviços;

⁶³ Id., Ibid.

⁶⁴ PINHO, Ivan, *Mercado Turístico: a oferta e a demanda turística*, 11/04/2012, < http://www.ivanpinho.com.br/downloads/economia_turismo/17417_Economia_e_Turismo_Aula_02_Vol_1.pdf >, pp.30 e 31.

⁶⁵ Idem, p.31.

⁶⁶ Idem, pp.33 - 35.



- Extrema rigidez, pois é muito difícil transformar atividades turísticas em outras formas de exploração económica;
- Imobilidade, pois é impossível transportar a oferta turística de um lugar para outro. No turismo, o consumidor é que é levado até ao produto oferecido.

A classificação da oferta turística está distribuída em três categorias⁶⁷:

- Atrativos turísticos que se definem como sendo todos os lugares, objetos ou acontecimentos de interesse turístico que motivam o deslocamento de grupos humanos com o objetivo de conhecê-los;
- Equipamentos e serviços turísticos, que correspondem ao conjunto de edificações. As instalações e serviços são indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística, principalmente os meios de hospedagem, alimentação, entretenimento, agenciamento, informações e outros serviços que objetivam atender e suprir as necessidades dos turistas;
- Infraestrutura de apoio turístico, para a viabilização da atividade turística numa determinada cidade, região ou país, sendo composta por todas as construções subterrâneas e de superfície, assim como um conjunto de edificações, instalações de estrutura física e de base que facilitam o desenvolvimento da atividade turística, como telecomunicações, transportes, serviços urbanos (água, luz, saneamento).

Existem quatro fatores principais que influenciam a oferta turística⁶⁸:

- Preço do produto turístico quanto maior o preço de mercado do produto turístico, maior será o incentivo dos produtores em aumentar a sua oferta, ou seja, em vender os seus bens e serviços turísticos;
- Preço de outros bens e serviços que aumentem e os preços dos produtos turísticos permaneçam constantes. A oferta dos produtos turísticos diminuirá pois torna-se menos interessante em relação à produção dos outros bens e serviços;
- Preço dos fatores de produção que estão diretamente relacionados com o custo final dos produtos de turismo ofertados e com o lucro dos produtores turísticos, pois a redução no preço dos fatores de produção utilizados por uma determinada atividade turística poderá levar à redução do custo final do produto e, conseqüentemente, ao aumento da lucratividade, estimulando a produção e aumentando a quantidade oferecida;
- Nível do avanço tecnológico, possibilitando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, pois provoca um aumento de produtividade, reduzindo o custo final do produto. Conseqüentemente, os produtores sentir-se-ão estimulados a produzir mais, aumentando a oferta dos produtos turísticos.

⁶⁷ Idem, pp.35 - 39.

⁶⁸ Idem, pp.39 e 40.



2.2.5.2 - A Oferta do TER

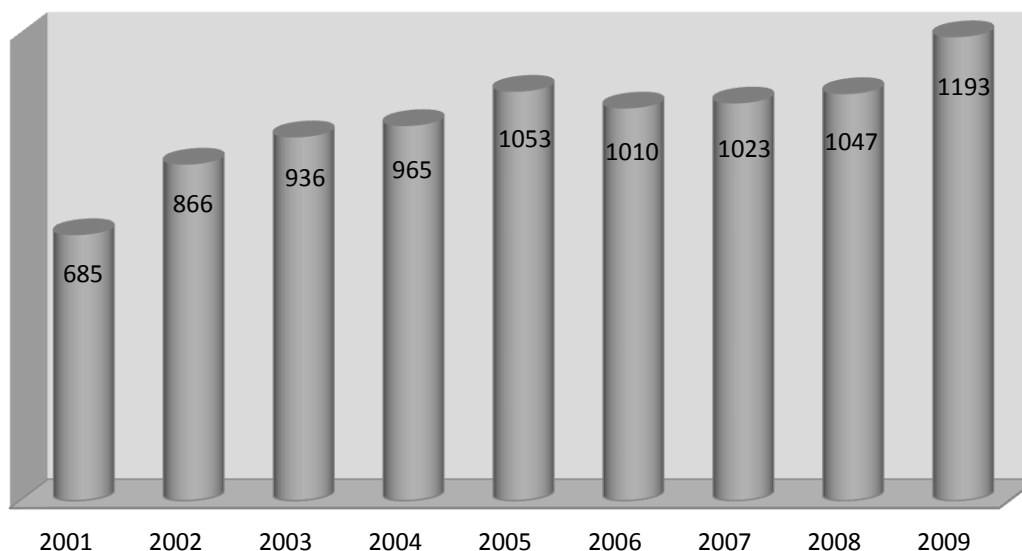
Com o aumento da produção dos sectores secundário e terciário e a menor atracção pelas grandes cidades aumentou a oferta do turismo em espaço rural, abrandando visivelmente o êxodo rural, mas continuou a dificultar a formação dos jovens rurais, pois a escassez provocada nas zonas rurais colocou-os numa situação de profunda estagnação económica, social e cultural. As sociedades rurais tiveram consciência de que o seu desenvolvimento seria superficial e que precisariam de mobilizar os recursos locais em atividades económicas suscetíveis de serem competitivas⁶⁹.

Na gama das atividades potenciais, o turismo em espaço rural contém uma sequência de vantagens que geralmente é impulsionadora para o desenvolvimento local, todavia, pode apresentar alguns perigos no decorrer do seu progresso, sendo importante existir uma planificação atenta quanto à oferta turística em cada região⁷⁰.

A oferta de alojamentos nos espaços rurais tem vindo a desenvolver-se há cerca de vinte anos, assinalando um crescimento em todo o país, mas principalmente na região Norte onde, no decorrer destes anos, o governo tem disponibilizado apoios financeiros para o sector do turismo com o objetivo de disponibilizar condições financeiras para beneficiar os titulares das unidades turísticas, ficando cada a unidade obrigada a estar em funcionamento por um ciclo de dez anos para o acolhimento de turistas⁷¹.

Seguidamente é apresentado um gráfico com a evolução da oferta do turismo em espaço rural, em função dos estabelecimentos, onde se verifica uma evolução crescente ao longo do tempo, principalmente nos anos de 2001 e 2002 e mais recentemente em 2008 e 2009.

Gráfico 1 - Evolução da Oferta do Turismo em Espaço Rural.
Entre os Anos 2001 a 2009 - Estabelecimentos



Fonte: Realização própria com base no TP - Turismo de Portugal.

⁶⁹ A rede para o desenvolvimento local, *Turismo em Espaço Rural*, 1993, nº3.

⁷⁰ Id., Ibid.

⁷¹ Id., Ibid.



2.2.5.3 - Procura Turística

A procura turística pode ser definida como a quantidade de bens e serviços turísticos que os visitantes pretendem e são capazes de consumir a um dado preço e por um determinado período de tempo, sendo o consumidor o principal agente económico⁷².

Diferentemente do que acontece com a oferta, na procura turística, quanto maior for o preço de um determinado bem ou serviço, menor é o desejo pelo mesmo, ou seja, quanto menor o preço de dado produto, maiores serão as motivações e o desejo de adquiri-lo⁷³.

A procura turística, é heterogénea e complexa, pois nela estão presentes conflitos de desejos, necessidades, gostos e preferências. Assim sendo, um turista não viaja pelas mesmas razões que um outro, cada um possui desejos, conhecimentos e vontades diferentes⁷⁴.

Existem fatores principais que influenciam a procura turística⁷⁵:

- Preço dos produtos turísticos, pois quanto maior for o preço dos produtos turísticos, menor será a quantidade procurada e vice-versa;
- Preço dos bens e serviços turísticos menores do que os preços concorrentes, levando o consumidor racional a procurar o produto turístico mais económico;
- Nível monetário dos turistas, pois quanto maior for o poder aquisitivo dos turistas, maior será a quantidade de produtos procurados;
- Gosto ou preferência dos turistas levado, conseqüentemente, a alterações na procura pelo produto turístico.

A procura turística é classificada pela sua potencialidade, sendo esta formada pelos visitantes que completam os parâmetros necessários como: a nacionalidade, o nível social, a idade e o sexo, para poder consumir determinado produto turístico e na realidade sendo constituída pelos visitantes que efetivamente consumiram o produto turístico⁷⁶.

2.2.5.4 - A Procura do TER

A procura do turismo em espaço rural teve um considerável crescimento ao longo dos últimos dez anos, pois os cidadãos procuravam atividades recreativas e de lazer no meio rural, tornando-se elementos catalisadores do aparecimento da oferta turística mais diversificada a nível local. Porém, define-se a procura como heterogénea porque para cada sector turístico correspondem certos tipos de atividades, que devem ser adaptados e identificadas de formas distintas. Para o sucesso das iniciativas de turismo em espaço rural, constitui fator essencial a seleção da procura em função das características da oferta, assim como do contexto económico local, enquadrado no âmbito de um desenvolvimento adaptado à região⁷⁷.

A procura turística continuará a evoluir à medida que seja favorável o nível de vida e a aceitação de férias no meio rural, mas com conveniências particulares dos utilizadores, relacionadas com os seus rendimentos e qualificações escolares superiores, aumentando o

⁷² PINHO, Ivan, op. cit., p.41.

⁷³ Idem, p.42.

⁷⁴ Idem, p.43.

⁷⁵ Idem, pp.43 e 44.

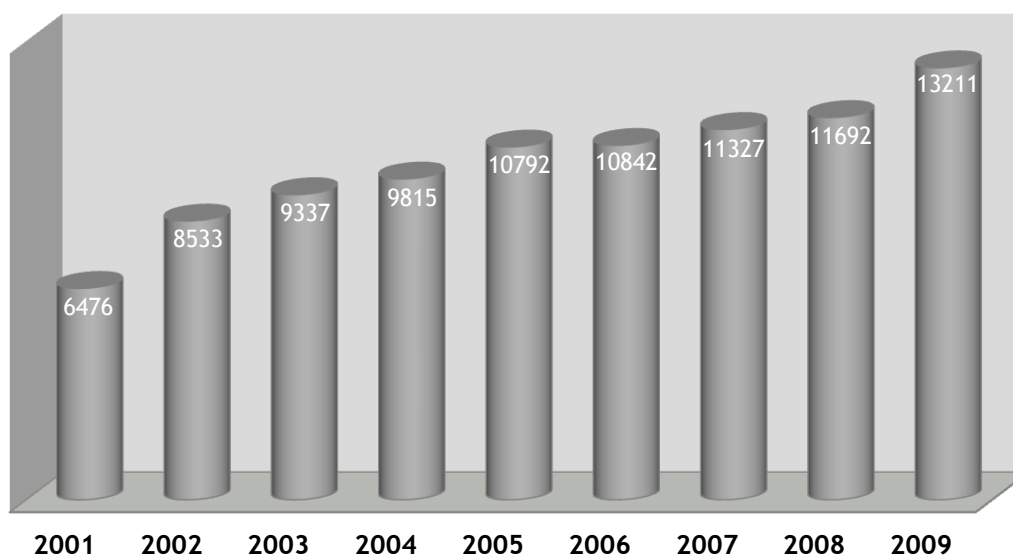
⁷⁶ Idem, p.44.

⁷⁷ A rede para o desenvolvimento local, *Turismo em Espaço Rural*, 1993, nº3.



grau de exigência turística⁷⁸. A este propósito, é apresentado um gráfico com a evolução da procura do turismo em espaço rural, em função do número de camas, onde se verifica uma evolução progressiva ao longo dos anos, nomeadamente em 2002 e mais recentemente em 2009.

Gráfico 2 - Evolução da Procura do Turismo em Espaço Rural.
Entre os Anos 2001 a 2009 - N° de Camas



Fonte: Realização própria com base no TP - Turismo de Portugal.

2.2.6 - Os Custos e Os Benefícios

2.2.6.1 - Os Custos

O desenvolvimento do turismo em espaço rural tem as suas bonificações, mas também acarreta numerosas dificuldades. Os custos imediatos à sua gestão e desenvolvimento podem ser o suficiente para impedir que seja lucrativo, pois depende do seguimento da procura e da oferta turística, dos governantes e instituições. Com efeito, apura-se que alguns custos, segundo a OCDE, são consequências de um turismo rural mal gerido que se manifesta como⁷⁹:

- *Ameaça ao ambiente*: certos destinos turísticos mais agradáveis, desfrutam de uma componente ambiental impressionável. As agressões causadas pelo turismo no meio ambiente são relevantes, pois a paz, a tranquilidade e a autenticidade da Natureza podem ser seriamente comprometidas, sendo resolvidos por uma gestão competente das instituições locais, que em Portugal é rara e limitada;
- *Ameaça sociocultural*: os turistas podem desequilibrar o mundo sociocultural das comunidades rurais, pois as influências das culturas modernas sobre as culturas tradicionais, podem distorcer hábitos antigos.

⁷⁸ Id., Ibid.

⁷⁹ OCDE, op. cit., pp.27 e 28.



- *O alojamento:* o aumento do movimento turístico em grandes zonas rústicas causou profundos problemas a este nível, o qual as pequenas comunidades rurais, invulgarmente dispõem possibilidades de alojamento. A procura turística produz três tipos de aplicação:
 - Os diferentes tipos de alojamento;
 - Aquisição de residências secundárias em zonas rurais;
 - Obtenção de residências devido a uma vivência recompensante em férias no meio rural.

Todos estes efeitos originam um aumento de preços e de sobreposições nas sociedades rurais, através do impedimento nas redes viárias, a intensidade de circulação, os serviços médicos podem estabelecer problemas de obstrução da região em causa.

- *Efeitos colaterais sobre a paisagem e conservação da Natureza:* pode ser um fenómeno a constatar pelos responsáveis da gestão da circulação e uso dos transportes, sem possibilidade de retroceder, no caso de uma ação fracassada;
- *A planificar, controlar e participar:* a planificação certifica um equilíbrio rigorosamente estudado entre o desenvolvimento do turismo e os distintos usos atribuídos ao solo. Os tipos de atividades turísticas seriam inseridos de acordo com a utilidade para cada região. As pessoas que trabalham nesta área receberiam formação para adquirir competências de comércio, de hospitalidade, interpretação do património e planificação do turismo. Desse modo, o visitante seria parte integrante do local, mediante a hospitalidade e estadia oferecida;
- *A rejeição de projetos inovadores:* os poderes locais negam o desenvolvimento rural da região, dado que a mentalidade de parte significativa da população ainda insiste em resistir à mudança;
- *Os agricultores são um elemento determinante* para dinamizar a economia rural. No entanto alguns cultivadores são contra os turistas e recusam aceitá-los na sua propriedade, temendo o impedimento aos seus terrenos e caminhos. Eles preferem lucrar com os preços dos seus artigos, do que ter incentivos na participação na atividade turística;
- *A ausência ou insuficiente formação não se limitam aos agricultores:* os trabalhadores ligados ao turismo rural aproveitam pouca ou nenhuma formação no domínio de competências necessárias a um setor tão complexo e concorrencial como o turismo. A falta de formação em zonas rurais de alto potencial turístico é um dos motivos de procura reduzida;
- *A incapacidade da sociedade na colaboração com empresas turísticas:* impossibilita a revitalização da economia rural. Nas situações onde existe tradição de cooperação, o funcionamento do turismo rural é bem-sucedido, devido a vários fatores como: a pequena dimensão da exploração, o interesse em preservar as paisagens, a proximidade dos mercados, a relação tradicional entre o campo e a cidade devido ao êxodo rural e a tradição da intervenção constante dos poderes públicos locais e associações.



2.2.6.2 - Os Benefícios

O turismo rural, mesmo sendo uma parte minoritária no mercado global turístico, suporta uma contribuição preciosa para as economias rurais. Os seus efeitos económicos baseiam-se não só a nível financeiro mas também, em termos de emprego, de assistência à conservação, estímulo de novas modalidades de trabalho e introdução de um novo entusiasmo nas regiões mais frágeis. A OCDE mostra parte dos benefícios que permitem um desenvolvimento e vitalização das economias rurais⁸⁰:

- *A conservação do trabalho*: é profundamente importante nas zonas rurais. Os fundos de liquidez do turismo podem auxiliar na conservação dos empregos: na agricultura, no comércio de artesanato, nos transportes, no alojamento e na restauração;
- *Gera emprego*: poderá intervir a nível da restauração, dos transportes, do comércio, da informação e interpretação do património.
- *Proporciona a diversificação de trabalho* relacionada com a agricultura e de funções ligadas à atividade turística;
- *A pluriatividade* é o termo aplicado a um indivíduo ou família que exercem mais que um tipo de trabalho para obter outros rendimentos. Assim, um agricultor a tempo parcial pode também alugar quartos ou servir de guia turístico;
- *Crescimento do rendimento dos agricultores*: pelo arrendamento temporário de alojamento, aumento da visita ao campo e de vendas dos produtos tradicionais;
- *Conservação da paisagem* como forma de proteção do património natural. As reservas naturais ajudam a promover e divulgar a região a constituir uma fonte de rendimentos, uma vez que os visitantes estão dispostos a pagar para usufruir da Natureza;
- *Sobrevivência de pequenas povoações* com particularidades tradicionais que são atração para os turistas, embora a sua gestão tenha de ser eficaz e zelada;
- *O artesanato rural* é essencial para o património cultural das regiões, de um país, e com o turismo adquire motivação para esta atividade ser autenticada e incentivar os turistas a visitarem a região;

A análise dos benefícios e custos do turismo em espaço rural, salienta que é errado considera-lo como resposta a todos os problemas do meio rural, porque, na verdade, será um incentivo para o desenvolvimento das regiões mais entorpecidas apenas no caso de se os custos da gestão do turismo rural serem diminuídos⁸¹. Segundo Baptista “ em nenhuma circunstância se deve considerar o desenvolvimento apenas pelo turismo”, pois o desenvolvimento das regiões obriga a um planeamento dos recursos económicos, sociais e ambientais por parte das entidades responsáveis, para evitar o crescimento urbanístico rápido e desordenado e uma procura turística excessiva⁸².

⁸⁰ Idem, pp.23 - 26.

⁸¹ Id., Ibid.

⁸² BAPTISTA, Mário, *Turismo Competitividade Sustentável*, Editora Verbo, Lisboa, 1997.



2.2.7 - As Modalidades do Turismo em Espaço Rural

Apesar de ainda recente, o turismo em espaço rural tem apresentado um elevado crescimento, vindo a desenvolver, nos últimos anos, um conjunto muito diversificado de atividades específicas, sendo elas apoiadas por diversos incentivos financeiros, quer governamentais, quer comunitários. Deste modo, surge também a necessidade de especificar este tipo de turismo em distintas modalidades de hospedagem:

- **Turismo de Habitação:** Destina-se ao serviço de hospedagem de natureza familiar prestada a turistas em casas antigas particulares que, pelo seu valor arquitetónico, histórico ou artístico, sejam representativas de uma determinada época, nomeadamente os solares e as casas apalaçadas. O turismo de habitação só pode ser explorado por pessoas singulares ou sociedades familiares que sejam as proprietárias, possuidoras ou legítimas detentoras da casa e que nelas residam durante o período de exploração. Para efeitos do disposto anteriormente, entende-se por sociedades familiares as sociedades comerciais em que 80% do respetivo capital social seja detido por membros da mesma família cujo respetivo parentesco não exceda o 6.º grau da linha colateral (art. 4, D.L. 54/2002 de 11 de Março).
- **Turismo Rural:** aplica-se ao serviço de hospedagem de natureza familiar prestado a turistas em casas rústicas particulares que, pela sua traça, materiais construtivos e demais características, se integrem na arquitetura típica regional (art. 5, D.L. 54/2002 de 11 de Março).
- **Agro - Turismo:** é responsável pelo serviço de hospedagem de natureza familiar prestado em casas particulares integradas em explorações agrícolas, que permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da atividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável (art. 6, D.L. 54/2002 de 11 de Março).
- **Turismo de Aldeia:** Destina-se ao serviço de hospedagem prestado num conjunto de, no mínimo, cinco casas particulares situadas numa aldeia e exploradas de forma integrada, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, possuidores ou legítimos detentores. As casas afetas ao turismo de aldeia devem, pela sua traça, materiais de construção e demais características, integrar-se na arquitetura típica local. Esta modalidade de turismo pode ser explorada em aldeias históricas, em centros rurais ou em aldeias que mantenham, no seu conjunto, o ambiente urbano, estético e paisagístico tradicional da região onde se inserem. A exploração das casas de turismo de aldeia deve ser realizada por uma única entidade, sem prejuízo de a propriedade das mesmas pertencer a mais de uma pessoa (art. 7, D.L. 54/2002 de 11 de Março).
- **Casas de Campo:** Esta modalidade aplica-se às casas particulares situadas em zonas rurais que prestem um serviço de hospedagem, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, possuidores ou legítimos detentores. As casas de campo devem, pela sua traça, materiais de construção e demais características, integrar-se na arquitetura e ambiente rústico próprio da zona e local onde se situem (art. 8, D.L. 54/2002 de 11 de Março).



- **Hotéis Rurais:** São hotéis rurais os estabelecimentos hoteleiros situados em zonas rurais e fora das sedes de concelho cuja população, de acordo com o último censo realizado, seja superior a 20000 habitantes, destinados a proporcionar, mediante remuneração, serviços de alojamento e outros serviços acessórios ou de apoio, com fornecimento de refeições. Estes hotéis devem, pela sua traça arquitetónica, materiais de construção, equipamento e mobiliário, respeitar as características dominantes da região em que se situem (art. 9, D.L. 54/2002 de 11 de Março).
- **Parques de campismo rurais:** Aplicam-se aos terrenos destinados permanentemente ou temporariamente à instalação de acampamentos, integrados ou não em explorações agrícolas, cuja área não seja superior a 5000 m² (art. 10, D.L. 54/2002 de 11 de Março).

As instalações dos empreendimentos de turismo no espaço rural devem integrar-se de modo adequado nas áreas onde se localizam, de forma a preservar, recuperar e valorizar o património arquitetónico, histórico, natural e paisagístico das respetivas regiões, por meio do aproveitamento e conservação de casas ou construções tradicionais ou da sua ampliação, desde que esteja assegurado que vigore o estilo arquitetónico da casa já existente⁸³.

⁸³ Decreto-Lei nº 54/2002 de 11 de Março, art.2.



Capítulo III - Turismo Rural Sustentável

3.1 - Definição de Desenvolvimento Sustentável

O progresso económico de um estado depende da sua forma de sustentabilidade, contudo, o conceito de desenvolvimento ou progresso, pode não ter o mesmo significado para a generalidade das pessoas⁸⁴.

David Pearce estabelece três princípios latos como base para abranger um desenvolvimento sustentável⁸⁵:

- *O Valor Ambiental*: o valor do ambiente natural e cultural é realçado pelo desenvolvimento sustentável. A qualidade ambiental contribui para alcançar um objetivo mais vasto, a qualidade de vida;
- *Visão a Longo prazo*: O desenvolvimento sustentável apresenta uma visão a longo prazo, de forma a atingir um futuro de qualidade para as gerações futuras;
- *Equidade*: a equidade intrageracional e a equidade intergeracional traduzem os princípios relativos ao desenvolvimento sustentável para a sociedade atual e futura.

Podem desta forma, selecionar-se três conceitos chave: o ambiente, o futuro e a equidade que suportam o conceito base de desenvolvimento sustentável. A Comissão Mundial do Ambiente e Desenvolvimento define o conceito como: "*O desenvolvimento que visa as necessidades das gerações atuais sem comprometer as necessidades das gerações futuras.*"⁸⁶

Existem diversas formas de sustentabilidade, das quais uma das principais é a eliminação da pobreza e da carência. Depois, existe o requerer da conservação e da afetação dos recursos base que, só por si, têm poder para eliminar a pobreza. Seguidamente surge o conceito de desenvolvimento no seu sentido abrangente, envolvendo não só o crescimento económico, mas também o desenvolvimento sociocultural. Por fim, a sustentabilidade requer a união da economia com a ecologia em qualquer tipo de decisão⁸⁷.

Perante a multiplicação de conceitos, surgem várias questões para definir a melhor atuação para atingir tal desenvolvimento. Para isso, foi criada uma definição para turismo sustentável como alternativa mais adequada para atingir o desenvolvimento sustentável de uma dada região⁸⁸.

3.2 - Definição de Turismo Sustentável

Assim como o conceito de desenvolvimento sustentável, também o de turismo sustentável necessita de um consenso. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), o desenvolvimento do turismo sustentável, é intercessor do desenvolvimento sustentável. No turismo sustentável, o desenvolvimento sustentável funciona como meio para diminuir as assimetrias regionais entre num determinado país ou entre países, a indo este ao encontro

⁸⁴ PEARCE, David, *Desenvolvimento Sustentável*, in UNGARRETTI, Wladimir - Empresariado e Ambientalismo, Uma Análise de Conteúdo da Gazeta Mercantil, Concelho Editorial, 1998, p.22.

⁸⁵ Idem, p.23.

⁸⁶ Idem, p.26.

⁸⁷ Id., Ibid.

⁸⁸ Id., Ibid.



das necessidades das regiões turísticas, já que protege e aumenta as oportunidades de desenvolvimento dessas mesmas regiões. Por outro lado, as diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo, assim como as práticas de gestão, aplicam-se a todas as formas de turismo. Nesse sentido, em todas elas se deve⁸⁹:

- Melhorar o uso dos recursos ambientais, mantendo-se os processos ecológicos fundamentais;
- Ajudar a conservar os recursos naturais e a biodiversidade biológica;
- Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades recetoras, conservando as suas culturas arquitetónicas e seus valores tradicionais;
- Afirmar atividades viáveis a longo prazo, que respeitem os benefícios socioeconómicos a todos os agentes.

Além da concordância geral quanto à necessidade de promover um desenvolvimento sustentável do turismo, existe também harmonia no sentido de aceitar em que para o turismo se poder desenvolver de uma forma sustentável, é necessário assegurar quatro pilares fundamentais⁹⁰:

- Sustentabilidade Ambiental: como principal fonte de matéria-prima da atividade turística, exigindo um equilíbrio entre a atividade humana, o desenvolvimento e a proteção do ambiente, de modo a aumentar os recursos naturais e a limitar os prejuízos ao ambiente;
- Sustentabilidade Económica: com todas as interdependências da cadeia produtiva, deve desenvolver-se uma melhor utilização dos recursos, bem como uma gestão mais eficiente;
- Sustentabilidade Social: deve atender à comunidade recetora, ao património histórico-cultural e à sua interação com os visitantes, de forma a aumentar a autoestima e o padrão de vida das comunidades locais, respeitando as suas tradições culturais;
- Sustentabilidade Política: para obter e praticar uma estratégia que possibilite coordenar todas as iniciativas, de âmbito nacional e local, de forma a permitir a redução/anulação das assimetrias regionais e que favoreça o desenvolvimento sustentável do país como um todo.

Neste sentido, o turismo denominado sustentável é uma forma de obter o equilíbrio entre desenvolvimento do turismo, a sua envolvente e a conservação do meio ambiente⁹¹.

⁸⁹ OLIVEIRA, ERMELINDA, José R. P. Manso, *Turismo sustentável: utopia ou realidade?*, in Revista de Estudos Politécnicos, Vol. VIII, 2010, pp.239 e 240.

⁹⁰ Idem, p.40.

⁹¹ Id., Ibid.



3.2.1 - O Turismo Sustentável em Comparação com o Turismo não Sustentável

Existe uma série de características que visa distinguir o turismo sustentável daquele que pretende um desenvolvimento rápido de uma região ou país, através de um "turismo fácil" e massificado⁹².

Quadro 4 - Características Turismo não Sustentável vs Turismo Sustentável.

Turismo não Sustentável	Turismo Sustentável
- Rápido desenvolvimento	- Lento desenvolvimento
- Maximiza	- Otimiza
- Social e ambientalmente imoderado e agressivo	- Social e ambientalmente moderado, cauteloso
- Incontrolado	- Controlado
- Sem escala	- À escala
- Curto prazo	- Longo prazo
- Interesses turísticos	- Interesses globais
- Sectorial	- Holístico
- Controlo remoto	- Controlo local
- Instável	- Estável
- Consciência pelo preço	- Consciência pelo valor
- Quantitativo	- Qualitativo
- Mão-de-obra não qualificada	- Tentativa de formação de mão-de-obra
- Nenhuma estrutura	- Estrutura delineada
- Venda agressiva	- Venda por aconselhamento e aviso personificado
- Publicidade Base	- Educação turística
- Turismo como panacea económica	- Turismo com alternativas
- Turismo como monocultura	- Turismo que promove uma economia mista

Fonte: Realização própria com base em Greffe, Xavier (1994), p. 25.

Neste contexto, ressalta a necessidade de planear a atividade turística de forma estratégica, de forma a garantir a sustentabilidade. De seguida, apresentam-se as estratégias que distinguem o turismo sustentável do não sustentável⁹³.

⁹² LANE, Bernard, *Sustainable Rural Tourism Strategies: A Tool for Development and Conservation*, Journal of Sustainable Tourist, Vol. 2, N.º1, 1993, p.104.

⁹³ Id., Ibid.



Quadro 5 - Estratégias de Desenvolvimento Turístico - Turismo não Sustentável vs Turismo Sustentável.

Turismo não Sustentável	Turismo Sustentável
- Desenvolvimento sem planeamento	- Primeiro planear, depois desenvolver
- Esquema projeto - guia	- Esquemas conceptualizados
- Planeamento a nível nacional	- Planeamento coordenador a nível regional
- Construir sem regulamentação	- Desenvolver com regulamentação
- Desenvolvimento turístico em todos os locais	- Desenvolvimento somente em locais associados e onde os serviços locais existem
- Desenvolvimento intensivo em áreas de paisagem delicada	- Áreas naturais delicadas conservadas
- Novas construções e nova capacidade de quartos	- Restauração de edifícios antigos - melhor uso da capacidade de quartos
- Construção em função de uma procura especulada	- Limite fixo para desenvolvimento
- Desenvolvimento por comunidades forasteiras	- Desenvolvimento por comunidades local
- Importação de empregados	- Emprego de acordo com o potencial local

Fonte: Realização própria com base em Greffe, Xavier (1994), p. 27.

Pode assim sintetizar-se o turismo sustentável como sendo aquele que protege o meio ambiente hoje, para que este possa ser deixado em boas condições às gerações futuras, onde esta ação implicando uma procura do equilíbrio entre o turismo, o ambiente e a cultura⁹⁴.

Nos espaços rurais existe atualmente uma interdependência entre estes três fatores, mas para que haja um equilíbrio entre eles, é necessário que o turismo nestes campos seja planeado segundo certos princípios de desenvolvimento sustentável⁹⁵.

3.2.2 - Os Princípios de um Turismo Rural Sustentável

Para que se possa planear e desenvolver, é necessário ter conhecimento das novas tendências do mercado. Para isso, a OCDE estabeleceu as seguintes indicações⁹⁶:

- **Nível Crescente de Educação:** existe uma relação contraída entre o nível de educação e o interesse acrescido, manifestado pelo lazer exterior, o ecoturismo e as férias temáticas;

⁹⁴ Idem, p.105.

⁹⁵ Id., Ibid.

⁹⁶ OCDE, op. cit.



- Interesse Crescente pelo Património: As zonas rurais conservam o privilégio natural através das paisagens genuínas, heranças da tradição e os vestígios históricos, elementos a preservar e a valorizar;
- Aumento do Tempo de Lazer Disponível: as férias repartidas são cada vez mais usuais, podendo beneficiar a prática do turismo, e em particular o rural;
- Maior Sensibilidade em Questões de Saúde e Ambiente: as atividades desportivas são benéficas para a saúde. Os espaços rurais oferecem todo um conjunto de atividades ao ar livre, ao contrário de certas instâncias de férias, que apenas oferecem sol, mar e praia;
- A procura pela Paz, Descanso e Recuperação: o stress constante da população leva à procura de locais para descanso e relaxamento.

Apesar do elevado conjunto de qualidades únicas que o TER oferece para férias de campo, com o crescimento turístico, existe o risco de "urbanizar" estes espaços rurais, destruindo o ciclo turístico já criado. Assim, para obter um turismo de sucesso, este tem que ser multifacetado, não podendo por isso basear-se apenas nos princípios referidos anteriormente. Foram então estabelecidos cinco princípios que sintetizam a definição de um turismo rural sustentável⁹⁷:

- Sustentar a cultura e a identidade das comunidades locais;
- Sustentar a paisagem e os seus habitats;
- Sustentar a economia rural;
- Sustentar a indústria turística a longo prazo, através de uma promoção bem-sucedida e assente em experiências satisfatórias;
- Compreensão alargada do desenvolvimento, cooperação nas diversas decisões e consciência do perigo que o turismo pode causar e do trabalho contínuo em direção a uma economia rural diversificada.

Apesar disto, devido aos diversos interesses partidários e diferentes ideologias e objetivos que impedem a implementação de uma estratégia sustentável de turismo no espaço rural, a implementação dos princípios de sustentabilidade converte-se numa problemática no mercado livre⁹⁸. Neste sentido, foram traçadas orientações-chave para o sucesso de uma estratégia de turismo rural sustentável⁹⁹:

- A pessoa ou grupo que desenvolve a estratégia deve ser especializada em desenvolvimento turístico, económico, ecológico e aspetos sociais, elucidando sempre o comércio, transporte, gestão e administração, a natureza histórica, e regional da região em causa. A opinião local é equivalentemente necessária. A sua

⁹⁷ LANE, Bernard, op. cit., p.105.

⁹⁸ Id., Ibid.

⁹⁹ Idem, p.107.



imparcialidade em questões políticas é fundamental para que outros interesses não sejam sobrepostos;

- O segredo do sucesso de qualquer empresa turística está na capacidade de proporcionar aos visitantes, a sensação de serem bem recebidos, uma vez que a agradável receção dos turistas por parte dos residentes locais dá a certeza que a visita turística não prejudica a sua vida pessoal, transmitindo aos não residentes uma boa hospitalidade e acolhimento, afirmando assim o seu retorno;
- Uma ação estratégica tem que passar por um processo a longo prazo, que seja capaz de acompanhar a mudança e admitir os erros a curto prazo. Este será o princípio de cooperação entre governo, empresas e interesses culturais e de conservação.

Este é o objetivo geral do turismo rural sustentável: perspetivar, a longo prazo, a conservação das áreas rurais e o benefício das comunidades vizinhas, turistas e visitantes¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Id., Ibid.



Capítulo IV - Projeto de Arquitetura Destinado ao Turismo Rural na Cidade da Guarda

4.1 - Enquadramento Histórico e Apreciação da Beira Alta

4.1.1 - Breve História

O concelho da Guarda fica localizado na província da Beira Alta, confinante com os concelhos de Celorico da Beira, Pinhel, Sabugal, Manteigas e Belmonte. Caracteriza-se por uma dimensão média, composto por 52 freguesias rurais e 3 urbanas, comportando 3 bacias hidrográficas: Mondego, Côa e Zêzere. Situa-se a norte da Serra da Estrela com uma altitude máxima de 1056 m, controlando o estreito natural do planalto beirão. Denominada como a cidade mais elevada do país, fornecendo um visual dos vales do Mondego e do Côa¹⁰¹.

A cidade da Guarda foi fundada em 1199, através do foral atribuído pelo Rei D. Sancho I. Trata-se de uma cidade contemporânea da nacionalidade, embora existisse já ocupação anterior, e que completou oito séculos de existência em 1999. A Guarda foi cenário para importantes acontecimentos militares da História de Portugal, nomeadamente em épocas mais conturbadas da luta pela independência. Foi, por outro lado, local escolhido por diversos reis da I e II dinastias para sancionarem tratados, estabelecerem acordos diplomáticos e convocarem as Cortes¹⁰².

No decorrer do domínio filipino, é autorizada a livre entrada de cereais e gado pela fronteira de "porta guardada" do território nacional, passou a assumir funções económicas, sendo fortalecida com a inauguração do caminho-de-ferro (linhas da Beira Baixa e da Beira Alta até Vilar Formoso, em 1882). Devido aos judeus, introduziu-se a indústria de peles, que ainda hoje pode ser visitada no Centro Histórico da cidade¹⁰³.

Como herança das tradições militares e religiosas, são deixadas marcas no património edificado como a Torre de Menagem (século XII, vestígios das antigas muralhas), a Sé Catedral (séculos XIV a XVI), o Convento de S. Francisco (século XIII), as Igrejas barrocas da Misericórdia e de S. Vicente e o antigo Paço Episcopal¹⁰⁴.

Fora do centro urbano, ergue-se a Igreja do Mileu do período românico, local de antigo culto de Nossa Senhora¹⁰⁵.

No interior do Centro Histórico registam-se alguns exemplares da arquitetura civil referenciados e certos detalhes manuelinos e barrocos, sendo um dos mais importantes centros urbanos de origem medieval do país, com vestígios da arquitetura renascentista filipina, sóbria e imponente, com a utilização da pedra granítica, típica da região¹⁰⁶.

4.1.2 - A Caracterização

A cidade da Guarda, típico das cidades portuguesas do século XII, apresenta várias características comuns: muralhas de forma triangular ou trapezoidal, localizadas ao longo de uma colina, sobre um rio, com distinção entre a cidade alta, o alcáçova e a almedina¹⁰⁷.

¹⁰¹ Câmara Municipal da Guarda, *Caraterização Histórica*, 1997-2006, 10/05/2012, < <http://www.mun-guarda.pt/index.asp?idedicao=51&idSeccao=577&Action=seccao> >.

¹⁰² Câmara Municipal da Guarda, *Plano Estratégico da Guarda*, Editora Fernandes & Terceiros, Lda., 1996, p.27.

¹⁰³ Id., *Ibid.*

¹⁰⁴ Id., *Ibid.*

¹⁰⁵ Id., *Ibid.*

¹⁰⁶ Idem, p.28.

¹⁰⁷ Id., *Ibid.*



Identifica-se na vista panorâmica que se segue, com naturalidade, o crescimento presente e sobressai os propósitos e potencialidades do futuro verificando-se através da paisagem da região em altitude, sendo contraditória ao ver o território com minúcia e decifrar a ação humana de transformar e se adaptar à natureza¹⁰⁸ (Fig.1).



Figura 1 - Vista panorâmica sobre a cidade da Guarda.

Fonte: <http://www.mun-guarda.pt/fotos/concelho/vistacidadeg.jpg> - Acedido em 10/05/2012

Nesta perspetiva visual da cidade prosseguem paisagens diferentes, por entre montes imponentes e vales afáveis, no contraste entre agricultura e floresta, entre zonas habitáveis e zonas baldias, entre rios sinuosos e as perfeitas vias rápidas marcadas no panorama¹⁰⁹.

A sua localização é de tal forma estratégica que é sempre avistada e contemplada no horizonte. *Forte* na sua imagem, *Farta* na sua presença, *Fria* nas suas neves, *Fiel* à sua condição de vigia e *Formosa* na sua caminhada de vida. É com essa descrição multifacetada e dinâmica que coopera para a autoestima, promoção e desenvolvimento da Guarda¹¹⁰.

Assim, torna-se evidente a existência de um vasto património cultural com vestígios das comunidades humanas desde tempos remotos, e também que o seu estudo e conhecimento são essenciais para a compreensão no nosso passado comum, que é de todo o interesse preservar¹¹¹.

4.1.3 - Aspetos Relevantes a Serem Fomentados na Beira Alta

A articulação entre as populações rurais e as populações urbanas pode ser realizada nas aldeias, onde o que importa é valorizar as atividades agrícolas e a qualificação dos produtos de marca regional, assim como conservar e divulgar as tradições artesanais e a presença de hábitos de ocupação dos tempos livres, como festas e jogos populares, que merecem ser conservados como património cultural vivo da região¹¹².

¹⁰⁸ SARAIVA, António, *Guarda Vista do Céu*, Argumentum Edições, Guarda, 2009, p.9.

¹⁰⁹ Id., *Ibid.*

¹¹⁰ Id., *Ibid.*

¹¹¹ Câmara Municipal da Guarda, *op. cit.*

¹¹² Câmara Municipal da Guarda, *Plano Estratégico da Guarda*, *op. cit.*, p.29.



4.1.3.1 - Ambiente e Património

Os planos de conservação do meio ambiente e do património não podem desviar-se da evolução das atividades e as ambições das populações. Agregar estes objetivos e salvaguardar os valores naturais ameaçados, transformando-os de modo a serem inseridos no desenvolvimento económico, social e cultural da região é a principal oportunidade para a Guarda fazer sobressair o seu melhor¹¹³.

Quadro 6 - Aspetos Principais do Património - Pontos Fortes vs Pontos Fracos.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
- Espaço natural, ambiente e património singular em termos nacionais e europeus, o que representa uma real vantagem competitiva para o futuro	- Ausência de projetos e de estratégias para a valorização dos recursos naturais, ambientais e patrimoniais disponíveis
- Fauna, vegetação, habitats tradicionais (aldeias serranas), especialidades agroalimentares e artesanato	- Má acessibilidade à Serra da Estrela, a partir da cidade
- Panorâmicas amplas e belas, da cidade para o exterior, que dão qualidade aos espaços	- Descaracterização da silhueta da cidade, por construção indiscriminada na encosta e obstrução dos edifícios antigos
- Centro histórico de grande valor turístico	

Fonte: Realização própria com base no Plano Estratégico da Guarda (1996), p. 57.

4.1.3.2 - Privilégios para o Desenvolvimento do Turismo

Pode-se destacar o potencial turístico das condições naturais, da beleza da cidade e do seu património, da qualidade ambiental e principalmente as condições únicas para o turismo de montanha e para os desportos de altitude. Outros aspetos que contribuem para a atratividade turística são o artesanato tradicional e os produtos tradicionais agroalimentares, que suportam postos de trabalho¹¹⁴.

Quadro 7 - Aspetos do Desenvolvimento Turístico.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
- A localização geográfica, a singularidade e qualidade do espaço natural e ambiental e o património histórico-cultural como atributos conjugados para a atração turística	- A inexistência de uma consistência objetiva das potencialidades turísticas da região e de estruturas/recursos humanos para a intervenção
	- A insuficiência e deficiente capacidade hoteleira para prover as reais potencialidades turísticas
	- A inexistência de roteiros e de promoção turística da região

Fonte: Realização própria com base no Plano Estratégico da Guarda (1996), p. 61.

¹¹³ Idem, p.57.

¹¹⁴ Idem, p.61.



As condições ideais para o desenvolvimento de áreas de atividade são¹¹⁵:

- O espaço natural, o ambiente e património singulares da região (altitude, montanha, parques naturais, fauna, aldeias serranas, especialidades agroalimentares, centro histórico, etc.);
- A localização geoestratégica, no principal nó de comunicações rodoferroviárias com a Europa e a proximidade da Espanha e de Madrid;

Assim, o posicionamento geográfico, as condições da cidade e a sua altitude favorecem o desenvolvimento principalmente na categoria do turístico, como também na saúde e no desporto, desde que corrigidas as suas debilidades detetadas ao nível das infraestruturas, da formação dos recursos humanos e da promoção interna e externa¹¹⁶.

4.2 - Análise da Zona de Intervenção

4.2.1 - Evolução do Edificado

Ao falar de evolução do edificado, refere-se a evolução da sua estrutura formal, baseando-se nos exemplares ainda existentes. Para este avanço, a atividade económica de sobrevivência da população teve grande influência, uma vez que estava submetida às necessidades que a agricultura e pastorícia proporcionavam quanto a nível espacial, formal e estrutural¹¹⁷.

Em tempos primitivos, a planta seria circular com telhado cónico. Também se podiam verificar alguns exemplos cobertos de colmos e giestas, pouco comuns, mas quando utilizados, presos por ramos atados a pedras com cordas de palma, por influência da atividade pastorícia. Numa fase já próxima, constata-se uma planta quadrada ou retangular mas com o telhado em matéria vegetal que, atualmente sofreu alterações tanto a nível dimensional como na inserção da telha de canudo ou portuguesa como elemento de cobertura¹¹⁸(Fig.2).



Figura 2 - Casais de Folgoso.

Fonte: <http://arqpopularbeira.weelely.com/> - Acedido em: 11/05/2012.

¹¹⁵ Idem, pp.74 e 75.

¹¹⁶ Idem, p.75.

¹¹⁷ ALMEIDA, Pedro Cavacas de, *Arquitetura Popular*, 11/05/2012, < <http://arqpopularbeira.weelely.com/> >.

¹¹⁸ Id., Ibid.



4.2.2 - Tipologia da Arquitetura Típica da Região

*“A Natureza e a Arte andam de mãos dadas.
A Natureza é essência; a Arte é acidente.
A Natureza fornece a matéria; a Arte dá-lhe a forma.
Uma condiciona a outra e as duas completam-se.”¹¹⁹*

Entender um movimento artístico, significa enquadrá-lo em um meio ambiente próprio. Assim, na região guardense predomina uma arquitetura pesada e rigorosa que está em concordância com a paisagem natural envolvente. A Serra da Estrela proporcionou o granito cinzento que, para civilizar a terra, o Homem empregou nas suas construções. Como consequência, originou obras robustas e compactas como as paisagens montanhosas que sobrevivem às intempéries do tempo, sendo portanto uma arte que suscetibilizou a dureza ríspida dos ventos com um material construtivo duro e resistente¹²⁰.

Os materiais das casas populares típicas da região da beira interior rural são o granito e o xisto. Sendo a sua simplicidade marcada pela construção de piso térreo e andar sobradado, de planta retangular, de pedra geralmente à vista e sem cimento com blocos rudes, por vezes, com as guarnições das portas e janelas caiadas de branco, simbolizando as lojas do gado, celeiros, lagares, etc., isto no piso térreo, enquanto a parte habitacional era no andar sobradado. A escada exterior demonstra as mesmas técnicas, situada no limiar da casa, a partir da rua, e leva à varanda ou à um patamar coberto denominado de balcão que por vezes era utilizado como sequeiro do milho ou madureiro da fruta, entre outras atividades. No piso térreo tinha-se acesso à porta da entrada para as lojas e também se situa o galinheiro ou poleiro. O telhado era apoiado geralmente em prumos de madeira, mas nas zonas graníticas como a Guarda, utilizavam amparos lavrados e colunas de pedra. Predominam os telhados de duas águas embora se verifique alguns exemplares de quatro. O material mais vulgar para a cobertura era a telha de canudo, que nesta região seria segura com grandes pedras ladeiras¹²¹.

Na figura 3, observa-se um exemplo de arquitetura típica da cidade da Guarda.



Figura 3 - Casa Tradicional da Guarda.

Fonte: <http://pt.scribd.com/doc/18050900/CATALOGO-CASAS-TIPICAS-DE-PORTUGAL> - Acedido em: 11/05/2012.

¹¹⁹ RODRIGUES, Adriano Vasco, *Monografia Artística da Guarda*, 3ª Edição, Ed. Camara Municipal da Guarda, Guarda, 1977, p.15.

¹²⁰ Idem, pp.15 e 16.

¹²¹ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, Fernando Galhano, *Arquitetura Tradicional Portuguesa*, Vol. 24, 2ª Edição, col. «Portugal de Perto», Publicações Dom Quixote, 1994, p.147.



Nesta região, os edificadros de dimensões superiores ou de extrato social um pouco elevado desenvolviam-se em volta do terreno. Geralmente, o alojamento do gado era feito em palheiros independentes da casa, situados ao seu redor e que eram de uma construção semelhante mas mais precária¹²².

No interior da casa, a divisão fundamental era a cozinha que, apesar de pequena, tinha como ponto fulcral a lareira onde preparavam as refeições e conviviam. Os quartos são quase sempre pequenos, inerentes a sua função e a sala, quando existe, tem principalmente caráter cerimonial completamente diferente da atualidade. Existia ainda uma divisão polivalente e imprecisa que se designava do meio da casa: ora servia de sala, sendo a repartição de luxo da casa, situada na entrada, ora era um simples local central e amplo de serviço onde se sucedia um corredor. Finalmente sobre os quartos e a sala existia um sótão com acesso pela cozinha, por uma escada fixa ou móvel e que serviria de arrecadação¹²³(Fig.4).

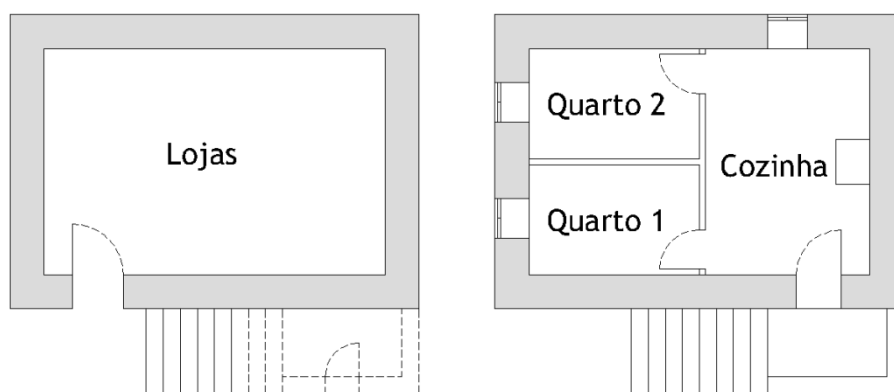


Figura 4 - Exemplo de Planta Tradicional da Região, com Piso Térreo e Andar Sobradado respetivamente.

Fonte: Realização própria com base na tipologia da arquitetura típica da região.

4.2.3 - Descrição dos Materiais e suas Aplicações

4.2.3.1 - Pedra Granítica¹²⁴

A pedra granítica, ou seja, o granito, corresponde cientificamente às rochas ígneas e metamórficas de grão grosso constituído principalmente de minerais félsicos, tais como quartzo, feldspato alcalino e plagioclásio.

Os granitos são fisicamente difíceis de serem explorados e beneficiados, pois trata-se de um material de construção de grande qualidade, apto para resistir a grandes cargas mas não permite um trabalho complicado. Entretanto, têm alto brilho no polimento e alta durabilidade mecânica, podendo assim serem tratados como rochas ornamentais de qualidade máxima.

Na região predomina o granito cinzento, embora também possa apresentar tons rosas, verdes e amarelos, variando segundo a quantidade de minerais que o compoñham.

Primeiramente, o granito era utilizado para construção das esquinas das casa e para o suporte das janelas (Fig. 5).

¹²² Id., Ibid.

¹²³ Idem, p.148.

¹²⁴ REBOUÇAS, Fernando, *Granito*, 2010, 16/05/2012, < <http://www.infoescola.com/rochas-e-minerais/granito/> >.



Figura 5 - Exemplo da Aplicação de Pedra Granítica na Região - Portas do Sol.

4.2.3.2 - Xisto¹²⁵

O xisto é uma rocha metamórfica que se caracteriza por uma grande fissibilidade, grão muito fino e esfoliação fácil. Resulta da metamorfização das argilas que endurecem e tomam um aspeto lamelar, sendo constituída por minerais que apresentam orientação preferencial, em particular as micas.

O xisto utiliza-se em alvenarias, o qual as suas técnicas de aplicação variam em função de determinadas fatores conferindo-lhes características específicas, pois é uma alvenaria frágil que obriga aplicação de muita argamassa mas de capacidade estrutural e de grande durabilidade.

Na região, emprega-se o xisto chamado de pedra parda, de tons acastanhados e ainda referenciada como sendo uma pedra de boa qualidade que, embora menos rija, também adequada para a aplicação em paramentos exteriores de paredes e para a execução de calçadas (Fig.6).



Figura 6 - Casa com Fachada em Xisto - Pedra Parda.

¹²⁵ COSTA, Alexandre Miguel, Marta Almeida, Marta Santos, Miguel Reimão Costa, Vítor Ribeiro, *Materiais, Sistemas e Técnicas de Construção Tradicional*, Edições Afrontamento e CCDR Algarve, Algarve, 2008, p.39.



4.2.3.3 - Telha de Canudo¹²⁶

A telha de canudo ou portuguesa é uma telha artesanal, de forma curva, com um único canal, tipicamente de cor vermelha, bege ou castanha, de ligação pouco estanque e eficiente, sendo geralmente fixada com argamassa e pouco indicada para aplicação em coberturas com muita inclinação.

A argila, que deve ser fina e homogênea, não só por ser a telha um material impermeável, dada a sua condição de uso, mas também para não provocar grandes deformações na peça durante o cozimento. As telhas devem apresentar bom acabamento, com superfície pouco rugosa, sem deformações e defeitos (fissuras, esfoliações, quebras e rebarbas) que dificultem o acoplamento entre elas e prejudiquem a estanqueidade do telhado.

4.2.3.4 - Cobertura¹²⁶

A cobertura inclinada de duas águas, composta por estrutura de caibros de madeira, forro de canas e revestimento de telha de canudo de barro cozido e rematada exteriormente por beirado, constitui na região guardense o modelo tradicional de cobertura, diretamente assente sobre as paredes de alvenaria em pedra, associada às construções de planta retangular, quer nas de guardar animais e apoio da atividade agrícola, como nas de função habitacional com acabamentos mais cuidados, de forma a garantir maior conforto.

Os remates numa cobertura de telhado realizada com telha de canudo, podem ser efetuados usando os acessórios característicos da telha de aba e canudo. Podem, inclusivamente, realizar-se remates de cumeeira com a própria telha de canal ou canudo, tendo assim a função de cume (Fig.7).



Figura 7 - Exemplo de Cobertura Duas Águas com Telha de Canudo.

Fonte: <http://terracotadoalgarve.com/aplicacoes/telhados/> - Acedido em: 14/05/2012.

4.2.4 - Descrição da Zona de Estudo

As excepcionais condições naturais e do património e o fato de a Guarda se localizar na principal entrada terrestre do país, fazem a cidade apta para gerar o turismo convencional e

¹²⁶ Idem, p.82.



para o desenvolvimento das recentes tendências no domínio do turismo no espaço rural¹²⁷.

Porém, por ser um dos setores de melhor evidência de potencialidades, o setor turístico apresenta bastantes debilidades a níveis de informação, de infraestruturas hoteleiras, de pessoal especializado e de incentivo¹²⁸.

Na região faz falta uma atitude com capacidade de dinamizar iniciativas, investindo e resolvendo o problema mais urgente que se basei na produção e divulgação de informação turística. Assim, pretende-se possibilitar a exploração do turismo rural na cidade da Guarda, numa quinta que atualmente, apresenta um combinado de pequenas ruínas que restam das paredes exteriores do edificado, aparentando ter sido o alojamento de animais, palheiros e uma seção com um forno a lenha, já degradado. Com uma paisagem composta, predominantemente, por terrenos agrícolas, com alguma vegetação marginal devida à ausência de tratamento e uso, regista ainda a presença de duas minas de água. É dividida por um ramal e uma linha férrea desativada da linha da Beira Baixa.

Aproveitando a significativa dimensão da quinta e o desejo do seu melhor aproveitamento futuro por parte da família proprietária, vai desenvolver-se um projeto arquitetónico visando o turismo rural, destinado a cativar turistas para a Beira Interior, oferecendo a possibilidade de uma simples estadia numa paisagem campestre com ar puro ou a aprendizagem de alguns processos agrícolas, aferidos a cada época do ano.

4.2.5 - Localização

O local em questão trata-se de uma quinta situada, concretamente, na periferia da aldeia de Galegos, com ligação à autoestrada A23 e à estrada de acesso ao Parque Industrial da cidade. Apresenta-se uma planta de localização, cedida pela Câmara Municipal da Guarda, onde está assinalado o terreno (Fig.8).

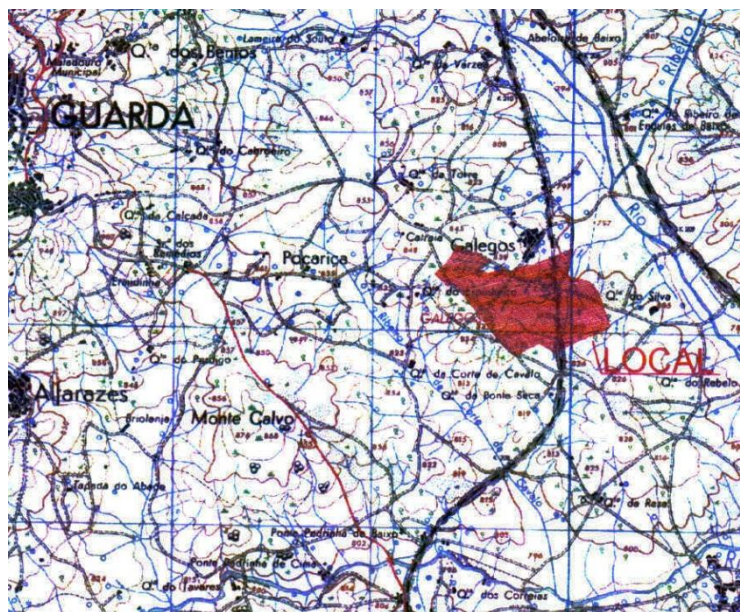


Figura 8 - Planta de Localização.
Fonte: Câmara Municipal da Guarda.

¹²⁷ Câmara Municipal da Guarda, *Plano Estratégico da Guarda*, op. cit., p.75.

¹²⁸ Id., *Ibid.*

O terreno, como se pode observar, está tripartido em Zona 1, Zona 2 e Zona 3. A primeira é de uso exclusivo da família proprietária, por sua solicitação, a segunda foi, anteriormente, destacada para fins comunitários (Ecoponto) da Câmara Municipal da Guarda e, por último, a terceira onde ocorre a intervenção proposta para esta dissertação (Fig.9).



Figura 9 - Vista Aérea Total do Terreno.
Fonte: Google Earth.



Figura 10 - Vista Aérea da Localização do Espaço a Intervir.
Fonte: Google Earth.

4.2.6 - Levantamento Fotográfico

Foi elaborado um levantamento fotográfico para ajudar a uma melhor compreensão do espaço. A figura que se segue ilustra o ponto de vista das respetivas fotografias (Fig. 11).



Figura 11 - Mapa das Perspetivas das Fotografias
Fonte: Google Earth.



Foto. A - Ligação à autoestrada A23.



Foto. B - Caminho Pedonal/Viário.



Foto. C - Habitações da Aldeia - Vista Sul.



Foto. D - Vegetação.



Foto. E - Predominância de castanheiros.



Foto. F - Fachada Sul das Ruínas.



Fotos F(a) e F(b) - Fachadas das Ruínas.



Foto. G - Vegetação.



Foto. H - Habitações da Aldeia - Vista Norte.



Foto. I - Lameiro.



Foto. J - Fachada Norte das Ruínas.



Foto. J(a) - Fachada das Ruínas.



Foto. L - Linha Férrea - Desativada da Beira Baixa.



Foto. M - Vegetação Posterior a Linha Férrea.



Foto. N - Linha Férrea - Desativada da Beira Baixa.



Foto. O - Vegetação - Árvores e pastos.



Foto. P - Vegetação que delimita o terreno.



Foto. Q - Vegetação.



Foto. R - Vista a Oeste do terreno.



Foto. S - Vista a Este do terreno.



Foto. T - Vegetação.



Foto. U - Estrada desativada - Guarda/Sabugal.



Foto. V - Castanheiros e giestas.



Foto. X- Vegetação e castanheiros.



Foto. Z - Rua de acesso para a Aldeia.

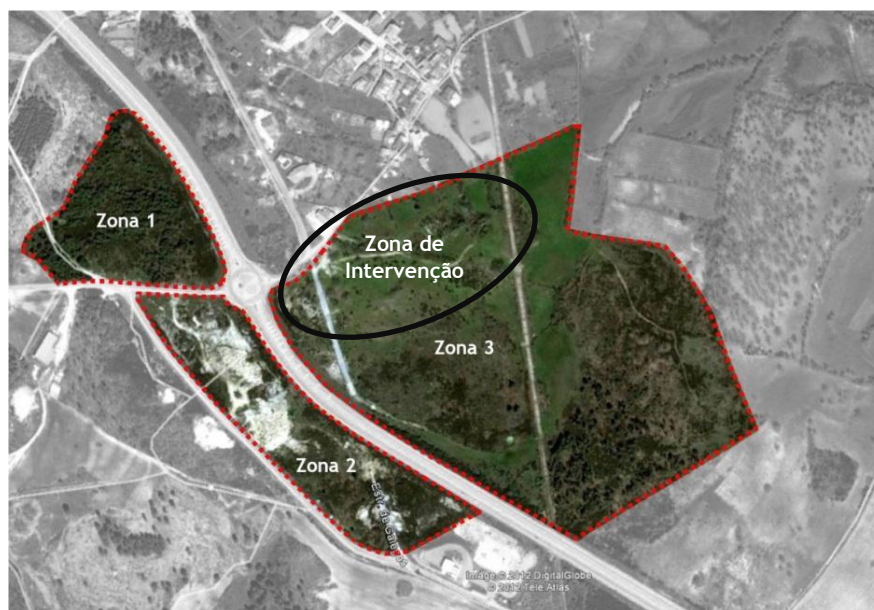
4.3 - Memória Descritiva e Justificativa

4.3.1 - Introdução

A presente memória descritiva e justificativa é correspondente ao Projeto de Arquitetura destinado a Turismo Rural, a construir no município da Guarda, na freguesia da Sé, aldeia de Galegos, através de edificações propostas, em complemento com outras existentes, respetivos arranjos exteriores, de forma a valorizar a sua envolvente.

4.3.2 - Inserção Urbana da Edificação

Os edifícios propostos situar-se-ão numa quinta, situada, na periferia da aldeia de Galegos, com ligação à autoestrada A23 e à estrada de acesso ao Parque Industrial da cidade. O terreno encontra-se dividido em três zonas, pois uma parte foi destacada pela Câmara Municipal da Guarda, para fins comunitários - Ecoponto, posteriormente sofreu uma desapropriação para a execução da autoestrada A23, restando inalterada uma terceira zona, (embora também fracionada pela linha férrea desativada da Beira Baixa) onde ocorrerá a intervenção arquitetónica proposta.



Vista Aérea da Localização do Espaço a Intervir.

Fonte: Google Earth.

As edificações propostas, como se disse, destinadas a Turismo Rural, pretendem respeitar as características da região onde vão ser implantadas. A área total do terreno é de 159.621,00 m² sendo a de implantação de 1.661,76 m² e o terreno propriamente intervencionado, cerca de 3.350,00 m². Pretende-se no restante terreno, futuramente, criar instalações e estruturas para zonas de pecuária e de agricultura, vinhas e pomares, que possam destinar-se à ocupação dos tempos livres e a atividades de diversão para os utentes, do empreendimento interligando assim a proposta do turismo rural com a possível intenção de agroturismo.



4.3.3 - Enquadramento da Proposta de Acordo com Legislação

Para definir, no âmbito das diferentes tipologias do Turismo, a mais adequada à zona de intervenção, recorreu-se a legislação existente respeitante ao Turismo em Espaço Rural.

O artigo 2º, do Decreto-Lei nº 54/2002, de 11 de Março, posteriormente revogado pelo Decreto-Lei nº 39/2008 de 7 de Março, estabelece o novo regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, e sofrendo alterações pelo Decreto-Lei nº 228/2009, de 14 de Setembro.

Após análise dos decretos-lei e estudo da zona em questão, optou-se por desenvolver uma proposta para Turismo Rural.

Assim, encaminha-se, para o Decreto Regulamentar nº13/2002, de 12 de Março, capítulo II, secção II, onde se descrevem os requisitos de funcionamento de qualquer empreendimento turístico e, posteriormente, no capítulo III, secção II, artigo 19º e seguintes, indicam-se, definem-se os requisitos das casas de turismo rural.

O Decreto Regulamentar nº 5/2007, de 14 de Fevereiro, vem alterar o decreto acima mencionado, mas ambos, descrevem os requisitos mínimos das instalações e do funcionamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural.

4.3.4 - Soluções do Projeto Perante a sua Utilização

A solução desenvolvida visou alcançar, a melhor integração possível no espaço circundante, tendo em atenção as características do terreno natural e da sua envolvente, permitindo assim, uma agradável integração paisagística e valorização dos elementos naturais e culturais.

O projeto tem como suporte uma arquitetura discreta, de traça e materiais comuns aos edifícios existentes na aldeia de Galegos.

Os materiais aplicados, tanto no edificado, como nos arranjos exteriores, são característicos da região.

A proposta supõe a construção de três edifícios e o reaproveitamento de duas ruínas existentes no terreno. As edificações são os resultados de distribuições distintas de espaços, zonas e funcionalidades, oferecendo diferentes convívios, consoante o local onde se encontre na implantação.

As volumetrias estão implantadas na cota 819.15, possuindo apenas pisos térreos, a fim de facilitar as acessibilidades.

O terreno não apresenta grande declive destina-se a ser, frequentado por diferentes tipos de pessoas, de diferentes faixas etárias, facilitando assim a mobilidade dos utentes, inclusive aos que apresentam condicionada, obtendo desta forma um conjunto de funcionalidades agrupadas, mas independentes: edifício principal, apartamentos, balneários | zonas técnicas e churrasqueiras.

4.3.4.1 - Edifício Principal

O edifício principal distribui-se em três zonas: a privada, a de utilização comum e a de serviços. A zona privada é composta por seis quartos, com instalações sanitárias e varanda, dos quais dois dispõem de todas as condições necessárias para pessoas com mobilidade condicionada. Tem capacidade para 8 camas no total, sempre com condições para camas suplementares, duas por quarto, se solicitadas e de acordo com a legislação.



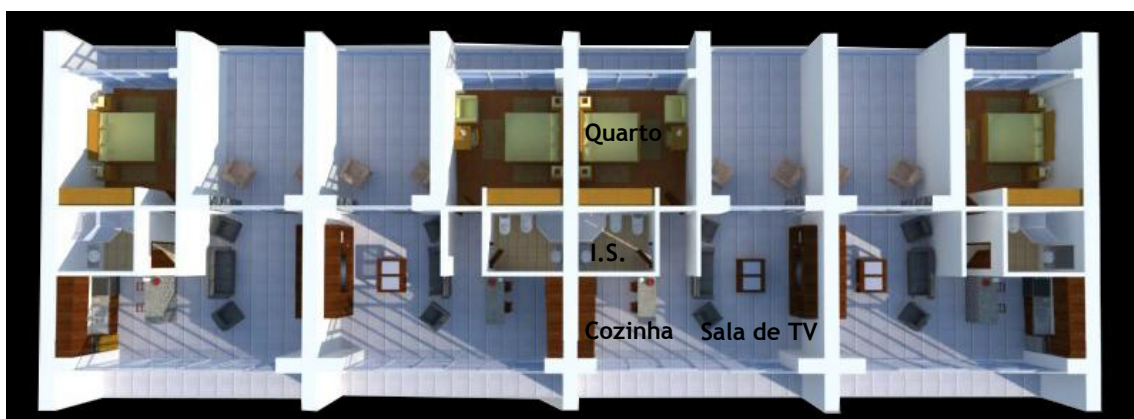
As zonas de utilização comum compõem-se de hall, receção/escritório de atendimento, sala de espera, zona multimédia, zona de projeção, sala de estar | TV, sala de convívio | bar, sala de jantar e instalações sanitárias gerais, que contemplam as necessidades de utilizadores com mobilidade condicionada, fraldário e ainda uma bancada de lavatórios na antecâmara.

Por fim, a zona de serviço consiste em cozinha, despensa, zona de lixo, zona de tratamento de roupa, rouparia, arrumos e ainda um lugar de estacionamento disponível para apoio.



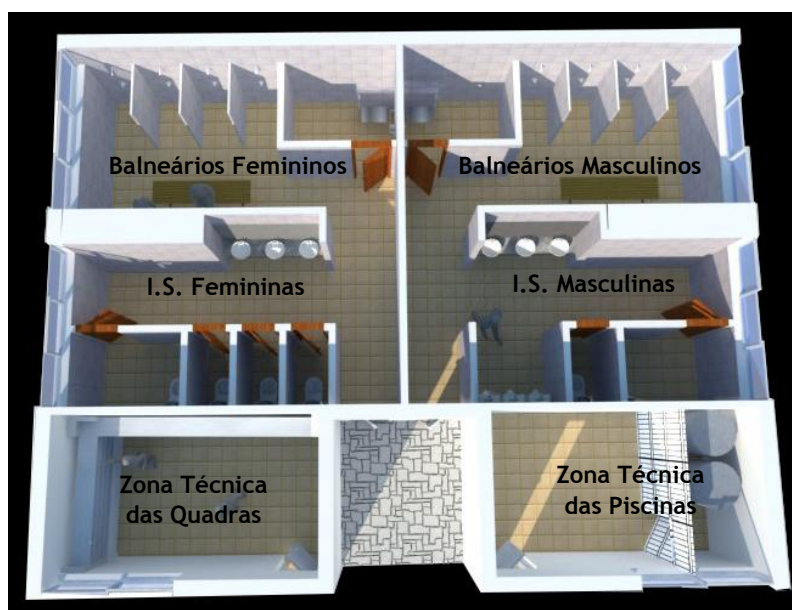
4.3.4.2 - Apartamentos

Os apartamentos distribuem-se em quatro unidades e são compostos por um pequeno hall, cozinha | copa, sala de estar | TV, instalações sanitárias e quarto, com capacidade para 4 camas no total, também com condições para camas suplementares.



4.3.4.3 - Balneários | Zonas Técnicas

Os balneários, separados por feminino e masculino, são compostos por chuveiros, zona de vestiário, cacifos e banco de apoio e ainda por instalações sanitárias, dimensionadas para pessoas com mobilidade condicionada, que efetuam o apoio necessário para as quadras polidesportivas e para as piscinas. As quadras polidesportivas, limitadas por um pequeno muro com rede de vedação, têm as dimensões de 27 x 16 e abrangem uma grande variedade de jogos como: futsal, basquete, vólei, ténis e handebol. As duas piscinas, de diferentes dimensões, destinam-se a adultos, com 20m x 10m e uma profundidade máxima de 2m. e mínima de 1m. e a crianças, com 10 x 5m e uma profundidade de 0.5m., ambas com solário.





4.3.4.4 - Churrasqueiras

As construções existentes terão sido o alojamento de animais, palheiros e uma seção com um forno a lenha. Apresentam-se em estado de ruína já degradada restando apenas as paredes exteriores. São as únicas construções existentes no terreno que resistiram ao longo dos anos.

Sugere-se o seu reaproveitamento como churrasqueiras, que apoiam as restantes zonas do complexo de turismo rural. São divididas em duas volumetrias oblíquas, designadas de edifício A e B.



São compostas por uma bancada com churrasqueiras, lava-louças, armários de apoio e mesas rústicas, contando o edifício A com cinco zonas de convívio e o edifício B 4, ambas com um pátio de grandes dimensões onde se encontram mesas exteriores. Neste contexto inserem-se também as zonas de reciclagem e de diversão/lazer infantil, as quais tem as dimensões de 10 X 7.70m..

Daqui desfruta-se de uma magnífica paisagem composta por terrenos agrícolas, carvalhos, castanheiros e azinheiras, de maneira dispersa.

Deste local aprazível pode ainda contemplar-se um carvalho de grandes dimensões, cuja beleza é aliás possível avistar de qualquer ponto das instalações do projeto.



4.3.4.5 - Acessos

Os acessos viários para a quinta são garantidos através de uma rua privada, com pavimento em cubos de granito 10 x 10, com seis metros de largura e uma faixa para cada sentido de circulação, mais restrito na zona onde se localizam os apartamentos.

Os acessos pedonais, pavimentados com lajetas em betão, propõem diversificados percursos e dão assim a conhecer as instalações e a envolvente.

O estacionamento é exterior, com capacidade para 40 lugares, dois dos quais destinados a pessoas de mobilidade condicionada, junto à entrada do edifício principal.



4.3.5 - Materiais Utilizados

As soluções construtivas previstas passam pela adoção de materiais da região em conjunto com outros que contemplem a durabilidade e a sustentabilidade, beneficiando de novas técnicas de construção e sempre de forma a preservar a harmonia ambiental.

4.3.5.1 - Fundações

Serão em betão, conforme determina o projeto de estabilidade, adequadamente hidrofugadas para efeito de impermeabilização.

4.3.5.2 - Pavimentos

Os pavimentos serão assentes em betonilha de regularização sobre a lage em betão armado - maciço, conforme mapa de acabamentos (na seção de peças desenhadas).

4.3.5.3 - Alvenaria

Todas as alvenarias serão em tijolo cerâmico vazado.



Paredes exteriores - consoante a estrutura, todas as paredes exteriores terão espessura conforme projeto, com execução de caixa-de-ar e isolamento térmico e acústico do tipo poliestireno extrudido ou semelhante.

Paredes interiores - serão executadas nas espessuras de 0.15m, como indicadas nas peças desenhadas.

4.3.5.4 - Revestimentos

Paredes exteriores:

- a) Serão rebocadas utilizando para isso argamassa de cimento e areia, sendo posteriormente revestidas em pedra natural - rústica da região.
- b) Reboco tipo monomassa, já na cor branca.

Paredes interiores, conforme mapa de acabamentos (na seção de peças desenhadas).

4.3.5.5 - Caixilharias e Portas

Em alumínio, tipo “EXTRUSAL” de cor cinza, com vidros duplos incolores.

4.3.5.6 - Proteção de Vãos

Todos os vãos envidraçados das edificações tem proteção interior com blackout opaco, de cor clara.

4.3.5.7 - Cantarias

Todas as soleiras e peitoris exteriores são de granito cinza da região, serrado e amaciado.

4.3.5.8 - Gradeamentos

Em aço inox, com vidro laminar incolor.

4.3.5.9 - Cobertura

Como revestimento será aplicada a telha cerâmica lusa, com subtelha onduline, assente sobre isolamento em poliestireno extrudido. Nos encontros com paredes de chaminés levará uma proteção em chapa zincada com pintura a tinta de esmalte.



4.4 - Imagens Tridimensionais

4.4.1 - Exterior



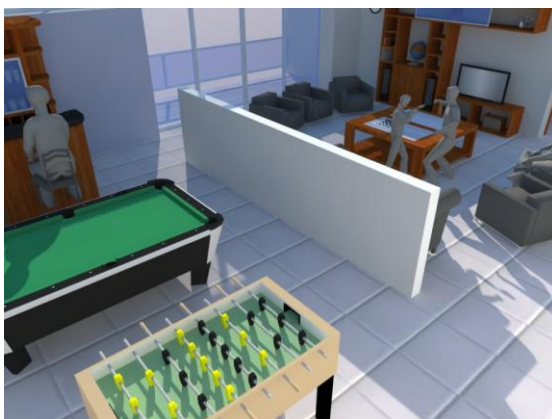






4.4.2 - Edifício Principal



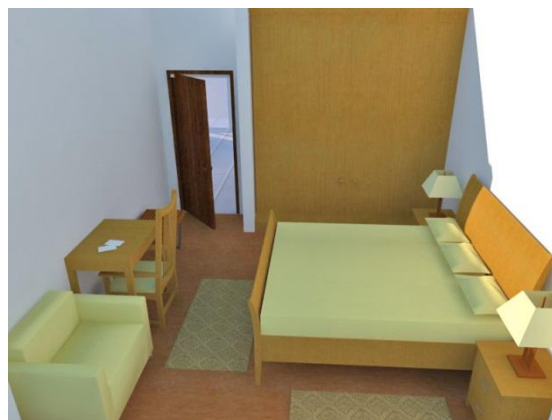
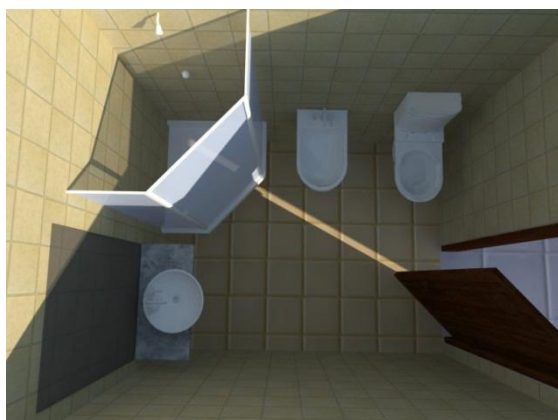
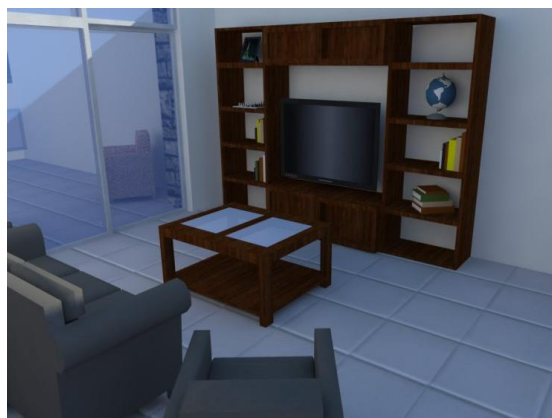






4.4.3 - Apartamentos





4.4.4 - Balneários | Zonas Técnicas





4.4.5 - Churrasqueiras





Conclusão

O turismo enquanto um dos fatores principais do desenvolvimento económico, deve desempenhar a sua função essencialmente económica, de natureza sociocultural, política e ecológica, assim como estabelecer interdependências medianas com os restantes fatores de atividades desempenhadas na cidade. É justamente na relação das suas funções e na coordenação equilibrada da sua oferta, que permite criar e ordenar o espaço rural.

Há que avaliar e reorientar o turismo em espaços rurais de forma a divulgar e diversificar a oferta turística, atraindo qualquer classe social, embora como consequência, selecionem objetivos estratégicos de mercado.

Este género de turismo, por estar localizado em áreas rurais, tem características peculiares: por ser realizado em pequena escala, por ter um carácter tradicional, por oferecer um tratamento individualizado. Deste modo os utilizadores tenham a oportunidade de participar nas atividades propostas e assim conhecer o património natural, paisagístico e cultural da população beirã, o que contribui para uma nova vivência no mundo rural.

As unidades turísticas em espaços rurais diferenciam-se do turismo convencional devido ao atendimento personalizado, à eventualidade de desfrutar dos produtos e da gastronomia tradicional da região, sempre em contato com a essência da natureza. Assim, o turismo em espaços rurais nasceu como modo de alojamento, que agrega diversas modalidades e contribui para evitar o êxodo rural em Portugal, principalmente na Beira Interior.

As oportunidades rurais não podem ser oferecidas como componentes de um produto turístico de uma região, se não estiverem adequadamente recuperadas, conservadas, valorizadas, assinaladas e promovidas em plena sintonia com a imagem característica dessa região.

Nos dias de hoje, as zonas rurais passaram a ser territórios agradáveis, pois retomaram o seu valor perdido no tempo e assim houve uma nova procura das zonas rústicas como local de férias, tal como a recuperação das suas atividades agrícolas, em conjunto com unidades de alojamento, restauração e lazer, que são fatores de grande interesse no sentido de retroceder e solucionar a situação de abandono e desertificação evidenciada nas zonas rurais.

Nesta dissertação, cujo assunto principal é o turismo em espaços rurais, em especial a modalidade de turismo rural. Apresenta-se um projeto de arquitetura de edificações para esses fins, como solução para a progressiva procura de alojamentos na Beira Interior, no município da Guarda.

A contribuição deste projeto pretende evidenciar a importância de uma sustentada e inovadora estratégia para a região, cujo património natural e cultural são valorizados. Aplicando uma solução rentável, como resposta à dispersão de ações do turismo rural da Guarda.

As edificações de turismo rural propostas têm por objetivo beneficiar os visitantes/turistas, que optem por estas instalações como destino turístico, permitindo assim, impressioná-los, criando uma perceção e atitude positiva do espaço rural.

Consciente do crescimento que este projeto traria à cidade, reconhece-se que a formulação de uma verdadeira estratégia requer crescimento futuro. Envolvendo outras variáveis de interesse, outros métodos e objetos de pesquisa, inclusive, se a capacidade de resposta da oferta turística da região não reagir à nova tendência dos comportamentos da potencial procura.



Em conclusão, há um vasto caminho a percorrer na resolução de assuntos ligados ao turismo e, por isso, espera-se que esta dissertação contribua, pelo menos para encarar seriamente a necessidade de turismo rural na Guarda, porque o turismo rural sem ambiente e sem cultura não é o verdadeiro turismo sustentado.



Bibliografia

Livros

BAPTISTA, Mário, *O turismo em economia. Uma abordagem técnica, económica, social e cultural*, Instituto Nacional e de Formação Turística, 1986.

BAPTISTA, Mário, *Turismo Competitividade Sustentável*, Editora Verbo, Lisboa, 1997.

BRANCO, Margarida Castelo, Anabela Coito, *Servidões e Restrições de Utilidade Pública (SRUP)*, Edição Digital, Lisboa, 2011.

CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA, *Plano Estratégico da Guarda*, Editora Fernandes & Terceiros, Lda., 1996.

COSTA, Alexandre Miguel, Marta Almeida, Marta Santos, Miguel Reimão Costa, Vítor Ribeiro, *Materiais, Sistemas e Técnicas de Construção Tradicional*, Edições Afrontamento e CCDR Algarve, Algarve, 2008.

CUNHA, Licínio, *Economia e Política do Turismo*, Editora McGraw-Hill de Portugal, Lda, 1997.

GOMEZ, Venâncio Bote, *Turismo em Espaço Rural: rehabilitacion del patrimonio sociocultural Y de la economia local*, Editorial Popular, Madrid, 1988.

MONTEJANO, Jordi M., *Estructura del Mercado Turistico*, Editorial Sintesis, Madrid, 1991.

MOREIRA, Fernando João, *O Turismo em Espaço Rural - Enquadramento e Expressão Geográfica no Território Português*, Centro de Estudos Geográficos, Portugal: Estudos Gerais B8, Lisboa, 1994.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, Fernando Galhano, *Arquitetura Tradicional Portuguesa*, Vol. 24, 2ª Edição, col. «Portugal de Perto», Publicações Dom Quixote, 1994.

OCDE, *Politique du Tourisme et Tourisme International Dans les Pays de L'OCDE 1991 - 1992 Étude Spéciale: Les Stratégies du Tourism et le Développement Rural*, Publication OCDE.

PEARCE, David, *Desenvolvimento Sustentável*, in UNGARRETTI, Wladimir - *Empresariado e Ambientalismo, Uma Análise de Conteúdo da Gazeta Mercantil*, Concelho Editorial, 1998.

SARAIVA, António, *Guarda Vista do Céu*, Argumentum Edições, Guarda, 2009.

VIEGAS, M^a M. V. de Arrais, *As Estatísticas do Turismo e a Uniformização de Conceitos*, INE, Lisboa, 1997.



Dissertações, Seminários, Jornais e Revistas

BADOUIN, Robert, *Économie Et Aménagement De L'espace Rural*. Paris: Presses, Universitaires de France, França, 1979.

CASTRO, Ana, Carlos L. Pratas, Isabel A. Mineiro, Maria L. Antunes, Victor J. G. C. Silva, *Turismo Rural: O Caso da Vila de Paul - Covilhã*, Dissertação de Licenciatura em Sociologia, Universidade da Beira Interior, Covilhã 1994.

CAVACO, Carminda M. M., *Turismo Rural e Turismo de Habitação em Portugal*, In: CAVACO C - Desenvolvimento Rural Desafio e Utopia, Centro de Estudos Geográficos Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999.

CUNHA, Licínio, *A Definição e o Âmbito do Turismo: um aprofundamento necessário*.

DELEGAÇÃO REGIONAL DA CULTURA DO CENTRO, *Exclusão Social e Turismo Rural*: relatório e atas do seminário decorrido em Almeida de 7 a 8 de Maio de 1992.

KASTENHOLZ, Elisabeth, Duane Davis, Gordon Paul, *Segmenting tourism in rural areas: The case of north and central Portugal*, *Journal of Travel Research*, Vol. 37, nº 4, 1999.

KELLER, Peter, Turismo rural, esperanza o ilusión? - Una aportación desde la perspectiva de Suiza, 1991.

OLIVEIRA, ERMELINDA, José R. P. Manso, *Turismo sustentável: utopia ou realidade?*, in Revista de Estudos Politécnicos, Vol. VIII, 2010.

RAMOS, Isabel, *Estratégias para um Turismo Rural Sustentável*, Dissertação de Licenciatura em Sociologia, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2000.

REQUENA, Javier Palatrava, Pedro Ruiz Avilés, *O Turismo - Uma Oportunidade Para Zonas Desfavorecidas*, in Gazeta das aldeias. - Nº 3020/21 (Jul/Ago 1994).

Endereços da Internet

ALEXANDRE, José A. A., O Turismo em Portugal - Evolução e Distribuição, 16 / 03 / 2012.
Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos2/turismo-portugal/turismo-portugal2.shtml>>.

ALMEIDA, Pedro Cavacas de, *Arquitetura Popular*, 11/05/2012. Disponível em:
<<http://arqpopularbeira.weeely.com/>>.

CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA, *Caraterização Histórica*, 1997-2006, 10/05/2012.
Disponível em: <<http://www.mun-guarda.pt/index.asp?idedicao=51&idSeccao=577&Action=seccao>>.



REBOUÇAS, Fernando, *Granito*, 2010, 16/05/2012. Disponível em:
<<http://www.infoescola.com/rochas-e-minerais/granito/>>.

PINHO, Ivan, Mercado Turístico: a oferta e a demanda turística, 11/04/2012. Disponível em:
<http://www.ivanpinho.com.br/downloads/economia_turismo/17417_Economia_e_Turismo_Aula_02_Vol_1.pdf>.

Legislação

Portaria nº 25/2000 de 26 de Janeiro - Aprova os modelos, fornecimento e distribuição das placas de classificação. Revoga as *Portarias* nºs. 1070/97 de 23 de Outubro e 6/98 de 12 de Fevereiro.

Decreto-Lei nº 54/2002 de 11 de Março - Estabelece o novo regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural. Revogado pelo Decreto-Lei nº 39/2008 de 7 de Março.

Decreto-Lei nº 39/2008 de 7 de Março - Aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos. Alterado pelo *Decreto-Lei* nº 228/2009, de 14 de Setembro, que o republica.

Decreto-Lei nº 228/2009 de 14 de Setembro - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 39/2008, de 7 de Março, que aprovou o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.

Decreto Regulamentar nº 13/2002 de 21 de Março - Regula os requisitos mínimos das instalações e do funcionamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural.

Decreto Regulamentar nº 5/2007 de 14 de Fevereiro - Primeira alteração ao *Decreto Regulamentar* nº 13/2002, de 12 de Março, que regula os requisitos mínimos das instalações e do funcionamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural.



Anexos



Portaria nº 25/2000 de 26 de Janeiro



Decreto Regulamentar nº 5/2007 de 14 de Fevereiro



Decreto-Lei nº 228/2009 de 14 de Setembro
